

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90129/2026

PROCESSO: 6210.2026/0001136-1

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE E REMOÇÃO TERRESTRE DE PACIENTES ADULTOS, PEDIÁTRICOS, LACTENTES E PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS DE MOBILIDADE, INCLUINDO PACIENTES COM OBESIDADE, MEDIANTE A DISPONIBILIZAÇÃO, SOB DEMANDA E COM ATENDIMENTO ININTERRUPTO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS POR DIA, DE AMBULÂNCIA TIPO B (SUORTE BÁSICO), COM MOTORISTA E EQUIPE DE ENFERMAGEM, EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS TÉCNICAS, SANITÁRIAS E ASSISTENCIAIS VIGENTES, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES DO ANEXO II DO EDITAL.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: (<https://www.gov.br/compras/pt-br>)

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 18/05/2026 – 10hs

MODO DE DISPUTA: ABERTO.

FASE DE HABILITAÇÃO: APÓS AS FASES DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS, LANCES E JULGAMENTO.

ÍNDICE

I EDITAL

Preâmbulo

- 1** Embasamento Legal;
- 2** Objeto;
- 3** Condições de participação;
- 4** Acesso às informações;
- 6** Apresentação da Proposta de Preços;
- 7** Abertura da sessão e classificação inicial das propostas de preços;
- 8** Etapa de Lances;
- 9** Modo de disputa aberto;
- 10** Julgamento;
- 11** Habilitação;
- 12** Fase Recursal;
- 13** Adjudicação e Homologação;
- 14** Preço, Reajuste e dotação;
- 15** Condições do ajuste e Garantia para contratar;
- 16** Prazo para início da prestação dos serviços e condições;
- 17** Condições de recebimento e pagamento;
- 18** Das Penalidades;
- 19** Disposições Finais.

II ANEXOS

ANEXO I: Minuta do Contrato;

ANEXO II: Termo de Referência - Especificações Técnicas e Condições de Prestação do Serviço;

ANEXO II - A: Avaliação de Nível de Serviço - SERVICE LEVEL AGREEMENT – (SLA);

ANEXO II - B: Ficha de Avaliação de Nível de Serviço - SERVICE LEVEL AGREEMENT – (SLA);

- ANEXO II - C:** Termo de Confidencialidade, Sigilo e Uso;
- ANEXO III:** Modelo de Proposta de Preços;
- ANEXO IV:** Modelo de Declaração de não cadastramento e inexistência de débitos para com a Fazenda do Município de São Paulo;
- ANEXO V:** Modelo de Declarações;
- ANEXO VI:** Critérios para Análise Econômico-Financeira;
- ANEXO VII:** Modelo de Declaração de Vistoria Técnica
- ANEXO VIII:** Modelo de Declaração de Conhecimento Pleno das Condições para Prestação dos Serviços

PREÂMBULO

O Hospital do Servidor Público Municipal, situado na Rua Castro Alves, 60, Aclimação, São Paulo, Capital, CEP 01532-000, torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, com critério de julgamento de menor preço, objetivando a prestação de serviços descrito (s) na Cláusula 2 – DO OBJETO deste Edital.

A participação no presente pregão dar-se-á por meio de sistema eletrônico, pelo acesso ao site (<https://www.gov.br/compras/pt-br>) - UASG nº 925102, nas condições descritas neste Edital, devendo ser observado o início da sessão às **10hs do dia 18/05/2026**.

Este Edital, seus anexos, o resultado do Pregão e os demais atos pertinentes também constarão do site <http://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/> – Hospital do Servidor Público Municipal – HSPM, conforme IN 3 SEGES/2023.

1 EMBASAMENTO LEGAL

O procedimento licitatório e os atos dele decorrentes observarão as disposições da Lei Federal nº 14.133/21, do Decreto Municipal nº 62.100/2022, Decreto Municipal nº 56.475/2015 e da Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e das demais normas complementares aplicáveis.

2 OBJETO

2.1 O presente pregão tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE E REMOÇÃO TERRESTRE DE PACIENTES ADULTOS, PEDIÁTRICOS, LACTENTES E PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS DE MOBILIDADE, INCLUINDO PACIENTES COM OBESIDADE, MEDIANTE A DISPONIBILIZAÇÃO, SOB DEMANDA E COM ATENDIMENTO ININTERRUPTO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS POR DIA, DE AMBULÂNCIA TIPO B (SUPORTE BÁSICO), COM MOTORISTA E EQUIPE DE ENFERMAGEM, EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS TÉCNICAS, SANITÁRIAS E ASSISTENCIAIS VIGENTES, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES DO ANEXO II DO EDITAL.**

2.2. VISTORIA TÉCNICA

- 2.2.1.** A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, **acompanhado pela Divisão de Apoio Operacional, devendo-se ser previamente agendado nos telefones 3397-8022 / 3397-8023 / 3397-8047, com antecedência mínima de 24 horas.**
- 2.2.2.** A vistoria prévia será realizada de 2ª a 6ª feira, no horário das 09 hs às 15hs,
- 2.2.3.** Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 2.2.4.** Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

2.2.5. Caso o licitante não realize a vistoria deverá atestar, através de declaração firmada pelo responsável técnico, que possui conhecimento pleno das condições e peculiaridades de contratação, sob pena de inabilitação.

2.2.6. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

2.3. Os detalhamentos das especificações dos itens deste Termo de Referência figuram como Anexo II – Especificações Técnicas da Solução.

3 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar da licitação as empresas que:

a) atenderem a todas as exigências deste edital e de seus anexos, **desde que sejam credenciadas, com cadastro ativo, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) – Certificado Digital ICP-Brasil.**

a.1) As condições de cadastramento no SICAF deverão ser providenciadas até o **terceiro dia útil anterior à data estabelecida para recebimento das propostas.**

b) tenham objeto social pertinente e compatível ao licitado;

c) **não** estejam sob processo de falência;

c.1 É admitida participação de empresas em recuperação judicial, desde que apresentada certidão emitida pela instância judicial competente demonstrando estar a empresa apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório;

d) **não** estejam constituídas em forma de consórcio;

e) **não** tenham sido declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública;

f) **não** estejam suspensas ou impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública;

g) **não** se enquadrem nas seguintes **vedações** de participação (art. 14 da Lei 14.133/2021):

g1) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, estendendo-se a vedação ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovado o ilícito ou utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

g2) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

g3) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

g4) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

g.4.1) As vedações estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

g5) Não poderão participar da licitação OSCIP's atuando nessa condição;

h) Poderão participar deste Pregão as empresas que atenderem a todas as exigências deste edital.

3.2 As microempresas e empresas de pequeno porte, assim qualificadas nos termos da Lei Complementar 123/06, alterada pela Lei Complementar 147/2014, bem como as cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, poderão participar desta licitação usufruindo dos benefícios estabelecidos nos artigos 42 a 45 daquela Lei Complementar, devendo para tanto observar as regras estabelecidas de acordo com o Decreto nº 56.475/2015, declarando no campo próprio do sistema sua condição.

3.2.1 Não são aplicáveis os benefícios e demais disposições previstas nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar 147/2014 no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item e, em se tratando de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.2.1.1 A obtenção dos benefícios fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.2.1.2 Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato.

3.3 Como requisito para a participação no pregão, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições do edital e anexos.

3.4 A participação neste Pregão implica o reconhecimento pela Licitante de que conhece, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do presente edital, bem como as disposições contidas na legislação indicada na cláusula “1” deste Edital, que disciplinam a presente licitação e integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.

4 ACESSO ÀS INFORMAÇÕES

4.1 Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou informações relativos a esta licitação, que serão prestados mediante solicitação dirigida ao pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, por meio do endereço eletrônico hspmcjl@hspm.sp.gov.br.

4.2 Os esclarecimentos e as informações serão prestados no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

5 IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

5.1 Qualquer pessoa, física ou jurídica poderá formular impugnações contra o ato convocatório, até 3 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, mediante petição apresentada via e-mail, hspmcil@hspm.sp.gov.br, em seu corpo ou documento anexo.

5.1.1 No ato da apresentação da impugnação é obrigatório anexar ao e-mail a cópia digitalizada dos seguintes documentos:

a) do documento de identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se o impugnante for pessoa física;

b) do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), em se tratando de pessoa jurídica, acompanhado do respectivo ato constitutivo ou de procuração, que comprove que o signatário/remetente da impugnação efetivamente representa a impugnante.

5.2 Caberá ao agente de contratação se manifestar, motivadamente, a respeito da(s) impugnação (ões), proferindo sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.3 Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

5.4 A decisão sobre a impugnação será publicada no sítio eletrônico oficial.

5.5 Os pedidos de impugnações, bem como as respectivas respostas serão divulgados no sistema eletrônico para visualização dos interessados.

5.6 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

5.7 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

6 APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do serviço e o preço, com duas casas decimais, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública, devendo, no cadastramento da proposta, proceder às declarações pertinentes, em campo próprio do sistema.

6.1.1 Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

6.1.2 A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros sua proposta, lances e declarações.

6.1.3 A apresentação da proposta de preços implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

6.1.4 A proposta deve conter oferta firme e precisa, sem alternativa de produtos, preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

6.1.5 Os preços cotados deverão ser cotados em moeda corrente nacional, em algarismos e devem ser adequados aos praticados no mercado na data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e devem incluir todos os custos diretos, indiretos e despesas, necessários ao fornecimento do objeto, inclusive frete.

6.1.5.1 Os preços unitários deverão possuir até 04 (quatro) casas decimais e o preço total 02 (duas) casas decimais.

6.1.6 Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimo, a qualquer título.

6.1.7 A licitante declarada vencedora do certame deverá enviar a proposta de preços, conforme disposto no Item 6.1. deste Edital, de acordo com o formulário que segue como Anexo III deste Edital, com todas as informações e declarações ali constantes, devendo ser redigida em língua portuguesa, com clareza, perfeitamente legível, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, ser datada, rubricada em todas as folhas e assinada por seu representante legal ou procurador, devidamente identificado com números de CPF e RG, e respectivo cargo na licitante.

6.1.8 A proposta deverá ter validade de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação.

7 ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

7.1 Na data e horário indicado no preâmbulo deste Edital terá início automático a sessão pública do pregão eletrônico.

7.2 A análise da conformidade das propostas visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e será feita exclusivamente na fase de julgamento em relação à proposta mais bem classificada.

7.3 Serão desclassificadas as propostas:

a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste edital e seus anexos;

b) que por ação da licitante ofertante contenham elementos que permitam a sua identificação;

7.4 A desclassificação se dará por decisão motivada e registrada no sistema.

7.5 Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas dos demais licitantes.

7.6 Somente as licitantes cujas propostas sejam classificadas e ordenadas automaticamente pelo sistema participarão da fase de lances.

8 ETAPA DE LANCES

8.1 Iniciada a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento, registro e valor.

8.2 As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras para sua aceitação.

8.3 A Licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de 1% (um por cento) em relação aos lances intermediários e em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

8.4 A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro do sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.5 As licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.6 Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.7 Caso a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a dez minutos para o órgão ou a entidade promotora da licitação, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.8 No caso de haver a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, bem como de cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, no certame licitatório, os procedimentos obedecerão aos subitens a seguir:

8.8.1 Antes da classificação definitiva de preços, caso a melhor oferta não tenha sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, o sistema utilizado verificará se ocorreu empate ficto previsto no § 2º do artigo 44 da Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto Municipal nº 56.475/2015, ou seja, as propostas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte, ou cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, com valores até 5% (cinco por cento) acima do melhor preço ofertado.

8.8.2 Em caso positivo, a microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, convocada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela, à primeira classificada no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão.

8.8.3 Caso a microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015 (COOP), convocada não exerça o benefício de ofertar preço inferior à primeira classificada ou não o faça no tempo apurado, o sistema automaticamente convocará as ME/EPP/COOP remanescentes que, porventura, se enquadrem na hipótese do empate ficto, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito, sucessivamente, se for o caso.

8.8.4 Se houver equivalência entre os valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos apontados nos itens anteriores, será realizado sorteio para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.9 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

8.10 Em caso de eventual empate entre propostas ou lances, serão adotados os critérios previstos no art. 60 da Lei 14.133/21, de acordo com a ordem legalmente estabelecida.

8.11 Após a etapa de lances, se a melhor proposta estiver em desconformidade com o preço máximo estipulado para a contratação, o pregoeiro poderá negociar melhores condições.

8.12 Quando o primeiro colocado, em que pese a negociação realizada, mantiver sua proposta acima do preço máximo definido, a negociação poderá ser realizada com os demais licitantes.

8.13 A negociação será realizada por meio do sistema, com acompanhamento dos demais licitantes e divulgação do resultado, bem como anexação aos autos do processo.

8.14 O licitante mais bem classificado deverá, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável a partir e solicitação fundamentada, enviar a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizado.

8.15 Encerrada a negociação, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9 MODO DE DISPUTA ABERTO

9.1 No modo de disputa aberto os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos em sessão pública com duração de 10 (dez) minutos com prorrogação automática quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos.

9.1.1 A prorrogação automática será de dois minutos e ocorrerá de forma sucessiva enquanto houver lances enviados nesse período.

9.1.2 Não havendo novos lances a sessão pública encerrar-se-á automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

9.1.3 Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

10 JULGAMENTO

10.1 Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do **MENOR PREÇO, (GLOBAL)**, observados os requisitos, as especificações técnicas e os parâmetros definidos neste Edital e em seus anexos quanto ao objeto.

10.2 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado, à compatibilidade do preço ou maior desconto final em relação ao estimado para a contratação.

10.3 É recomendável, nesta fase, que sejam consultados os cadastros previstos no item 11.6.8, em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, de forma a verificar a existência de sanção que impeça a participação no certame e futura contratação, garantida a manifestação do licitante previamente a eventual desclassificação.

10.4 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum benefício direcionado às ME/EPP's, o pregoeiro diligenciará para verificar o enquadramento.

10.5 Será desclassificada a proposta vencedora que não atender aos requisitos do item 7.3.

10.6 Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para desclassificação da proposta, desde que se limitem a erros ou falhas que não alteram a substância da proposta.

10.7 Após a negociação, o Pregoeiro fará o exame da aceitabilidade da oferta da primeira classificada, devendo esta encaminhar, em prazo estabelecido pelo pregoeiro (a), através do sistema eletrônico, sob pena de desclassificação, a proposta de preço, conforme Anexo III, com o valor do preço final alcançado, bem como a planilha de composição de custos.

10.8 O Pregoeiro deverá verificar, como critério de aceitabilidade, a compatibilidade do menor preço, inclusive quanto aos preços unitários, alcançado com os parâmetros de preços de mercado, definidos pela Administração, coerentes com a execução do objeto licitado, aferido mediante a pesquisa de preços que instrui o processo administrativo pertinente a esta licitação.

10.9 Em caso de incompatibilidade de algum valor unitário com os parâmetros da Administração, estes poderão ser negociados com o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, sem possibilidade de majoração do preço final alcançado na fase de lances.

10.10 Se o preço alcançado ensejar dúvidas quanto a sua exequibilidade, poderá o Pregoeiro determinar à licitante que demonstre a sua viabilidade, sob pena de desclassificação, por meio de documentação complementar que comprove a capacidade da licitante em fornecer o objeto licitado pelo preço ofertado e nas condições propostas no Edital.

10.11 Se a oferta não for aceitável ou se a licitante não atender à exigência estabelecida na cláusula supra, o pregoeiro, desclassificará, motivadamente, a proposta e examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, devendo, também, negociar diretamente com a proponente, para que seja obtido preço melhor.

10.12 Considerada aceitável a oferta de menor preço, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação.

11 HABILITAÇÃO

11.1 Divulgado o julgamento das propostas de preços na forma prescrita neste Edital, passar-se-á à fase de habilitação.

11.2 A habilitação da licitante vencedora poderá ser substituída por meio de registro regular no **SICAF**.

11.2.1 Caso os dados e informações constantes do **SICAF** não atendam aos requisitos exigidos deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de alcançar os documentos por meio eletrônico, juntando-os ao processo administrativo pertinente à licitação.

11.2.2. O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio alcançarão dos documentos exigidos no subitem 11.5 deste Edital, por meio eletrônico, devendo a licitante encaminhar pelo sistema os demais documentos não emitidos via Internet.

11.2.3 Na impossibilidade de obtenção/emissão de documentos por meio eletrônico, o Pregoeiro solicitará sua apresentação pela licitante, juntamente com os demais documentos.

11.3 A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações no momento da verificação de documentação ou dos meios para a transmissão de documentos a que se referem as cláusulas anteriores, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades, a licitante deverá encaminhar os documentos solicitados por outros meios, dentro do prazo estabelecido, sob pena de inabilitação, mediante decisão motivada.

11.4 Por meio de aviso lançado no sistema, via “chat”, o Pregoeiro informará às demais licitantes a empresa habilitada por atendimento às condições estabelecidas neste Edital.

11.5 A habilitação se dará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, relativos a:

11.5.1 Habilitação jurídica:

a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa, devendo o estatuto, no caso das cooperativas, estar adequado, na forma prevista nos artigos 27 e 28 da Lei Federal n. 12.690/2012;

c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas;

d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.5.2 Regularidade fiscal e trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Certidão de regularidade de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União, inclusive as contribuições sociais;
- d) Certidão de regularidade de débitos referentes a tributos estaduais relacionados com o objeto licitado, expedida por meio de unidade administrativa competente da sede ou domicílio da licitante.

d.1) No caso da licitante ter domicílio ou sede no Estado de São Paulo, a prova de regularidade para com a Fazenda Estadual se dará através da certidão de débitos tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo, expedida nos termos da Resolução Conjunta SF/PGE nº 02, ou a que suceder.

- e) Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS).
- f) Certidão de Regularidade em relação à Fazenda Pública Municipal.
- g) Certidão de regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT).

11.5.2.1 Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas.

11.5.3 Qualificação econômico-financeira:

- a) Certidão negativa de pedido de falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica em data não superior a 60 dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.
- a.1) Se a licitante não for sujeita ao regime falimentar, a certidão mencionada deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil, ou documento equivalente.
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balanço ou balancetes provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta.
- b.1) Somente empresas que ainda não tenham completado seu primeiro exercício fiscal poderão comprovar sua capacidade econômico-financeira por meio de balancetes mensais, conforme disposto na Lei Federal nº 8.541/1992;
- b.2) Serão considerados o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:
 - b.2.1) Na sociedade empresária regida pela Lei nº. 6.404/76, 11.638/07, 11.941/09, mediante documento publicado em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação;
 - b.2.2) As empresas desobrigadas a adotar a ECD – Escrituração Contábil Digital e

que não tenham optado por esse meio, deverão apresentar o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, extraídos do Livro Diário, através de Cópia, Registrada na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Cartório de Registro de Títulos e Documentos para Sociedades Simples;

- b.2.3)** Para as empresas obrigadas a adotar, ou que optaram por utilizar, a Escrituração Contábil Digital (ECD) deverão apresentar a impressão do arquivo gerado pelo SPED Contábil com o termo de autenticação eletrônica gerada pelo sistema, recibo de entrega do Livro Digital e a Demonstração de Resultado do Exercício.
- b.3)** Será considerada inabilitada a empresa que não obtiver índices de liquidez corrente, liquidez geral e solvência geral maiores ou iguais a 1,00, apurados segundo os parâmetros estabelecidos no Anexo VI deste Edital.

11.5.4 Qualificação técnica:

- a)** O Termo de Referência disporá sobre os documentos necessários para qualificação técnica, quando o caso.

11.5.5 Outros Documentos:

a) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, sob as penas da Lei, conforme o disposto no artigo. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal e inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21;

b) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa;

c) Declaração de que a licitante não possui sanções vigentes previstas no inciso III do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21, no âmbito da Administração Pública Direta e indireta do Município de São Paulo e no inciso IV do mesmo artigo, no âmbito de quaisquer entes federativos.

d) Em se tratando de ME e EPP, declaração de observância e atendimento aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21;

e) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

f) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social,

11.5.5.1 As declarações supra deverão ser elaboradas em papel timbrado e assinadas pelo representante legal da licitante, sendo recomendada a utilização do modelo constante nos **ANEXOS IV, V e VI** do presente Edital, facultando-se a elaboração de declarações individualizadas.

11.6 A licitante para fins de habilitação deverá observar as disposições Gerais que seguem:

11.6.1 Todos os documentos devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de cláusula específica deste edital, do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 06 (seis) meses, a contar da data de sua expedição, salvo os atestados/certidões de qualificação técnica, para os quais não se exige validade.

11.6.2 Todos os documentos expedidos pela empresa deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

11.6.3 Os documentos emitidos via Internet serão conferidos pelo Pregoeiro ou sua equipe de apoio.

11.6.4 Se a licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.6.4.1 Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de habilitação de ambos os estabelecimentos.

11.6.4.2 Atestados de capacidade técnica ou de responsabilidade técnica podem ser apresentados em nome e com o número do CNPJ (MF) da matriz ou da filial da empresa licitante

11.6.5 Todo e qualquer documento apresentado em língua estrangeira deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio, feita por tradutor público juramentado.

11.6.6 Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não possam ser entendidos.

11.6.7 Os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos, que apenas configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado.

11.6.8 O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio verificarão eventual descumprimento das vedações de participação na licitação, mediante consulta ao:

- a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;
- b) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;
- c) Portal de Sanções Administrativas, no endereço eletrônico https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes_ui/asp/sancoes.aspx;
- d) Rol de Empresas Punidas, disponível no endereço eletrônico http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/gestao/suprimentos_e_servicos/empresas_punidas/index.php?p=9255;
- e) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), disponível no endereço eletrônico <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>;
- f) Relação de apenados do tce/sp, disponível no endereço eletrônico <https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-na-relacao-de-apanados>;

- g) Cadastro integrado de condenações por ilícitos administrativos - cadicon, do tribunal de contas da união, disponível no endereço eletrônico <https://www.portal.tcu.gov.br/responsabilizaopublica/licitantes-inidoneos>.

11.6.8.1 As consultas realizar-se-ão em nome da licitante e também de eventual matriz ou filial e de seus sócios majoritários.

11.7 Os documentos serão analisados pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com os solicitados e serão anexados ao processo administrativo pertinente a esta licitação.

11.7.1 Estando a documentação de habilitação da licitante vencedora em desacordo com as exigências do Edital, ela será inabilitada.

11.7.1.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte assim qualificada, bem como de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, a sessão será suspensa, concedendo-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para regularização, de forma a possibilitar, após tal prazo, sua retomada, nos termos do disposto no artigo 17 do Decreto nº 56.475/2015.

11.7.2 Sendo inabilitada a proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance e proponente que atendam o Edital.

11.7.3 Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas e apenas do licitante mais bem classificado, salvo na hipótese de inversão de fases; caso em que os licitantes deverão encaminhar a proposta e, simultaneamente, os documentos de habilitação, por meio do sistema.

11.7.4 Após a entrega dos documentos de habilitação, não será admitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para complementação de informações em relação aos documentos já apresentados e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

11.7.5 Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos o Pregoeiro considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.

12 FASE RECURSAL

12.1 Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

12.2 As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases, da ata de julgamento.

12.3 Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

12.4 Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.5 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

12.6 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão, a qual poderá reconsiderar a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

12.7 O recurso e pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até a decisão final pela autoridade competente.

13 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14 PREÇO, REAJUSTE E DOTAÇÃO

14.1 O preço que vigorará no ajuste será o ofertado pela licitante a quem for o mesmo adjudicado.

14.2 Este preço inclui todos os custos diretos e indiretos, impostos, taxas, benefícios, encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto, incluindo frete até o local de entrega designado pela Prefeitura, transporte, etc., e constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração pelo seu adequado e perfeito cumprimento, de modo que nenhuma outra remuneração será devida.

14.3 Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

14.3.1. Após o interregno de um ano (vinculada à data do orçamento estimado pelo órgão licitante), e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Preços ao Consumidor – IPC, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, nos termos da Portaria SF nº 389/17, bem como Decreto Municipal nº 64.775/2025, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

14.3.1.1. Eventuais diferenças entre o índice geral de inflação efetivo e aquele acordado na cláusula 14.3.1 não geram, por si só, direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

14.3.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.3.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

14.3.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será (ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

14.3.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será (ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

14.3.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.3.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

14.3.8. Será aplicada compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05, de 05 de janeiro de 2012, quando houver atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Contratante, observada a necessidade de se apurar a responsabilidade do servidor que deu causa ao atraso no pagamento, nos termos legais.

14.3.9. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e/ou municipais que as autorizem.

14.4 Os recursos necessários para suporte do contrato, onerarão a dotação nº 502.00.02.10.10.302.4016.2.507.3.3.90.39.00.00.1.500.9001.0 do orçamento vigente.

15 CONDIÇÕES DO AJUSTE E GARANTIA PARA CONTRATAR

15.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante termo de contrato, a ser firmado entre as partes, conforme minuta do Anexo I deste Edital.

15.2. Para a formalização do ajuste a empresa adjudicatária do objeto da licitação deverá apresentar os documentos já exigíveis por ocasião da habilitação, aqueles necessários à contratação, atualizados, caso solicitados.

15.2.1 Como condição à contratação, ainda, deverá restar comprovado que a empresa a ser contratada não possui pendências junto ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL, por força da Lei Municipal nº 14.094/2005 e Decreto nº 47.096/2006, que disciplinam que a inclusão no CADIN impedirá a empresa de contratar com a Administração Municipal.

15.2.2 A licitante adjudicatária deverá ter registro atualizado no Cadastro de Credores junto à Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Social (SF), ou, caso não possua, deverá providenciá-lo no prazo de **02 (dois) dias úteis**, a partir da homologação do certame, junto ao setor de contabilidade da Contratante, sob pena de configurar recusa na contratação para fins de aplicação das penalidades previstas neste Edital.

15.2.3 Os documentos mencionados nesta cláusula deverão ser apresentados em cópias autenticadas ou no original, com prazo de validade em vigor na data da apresentação e serão retidos para oportuna juntada no processo administrativo pertinente à contratação.

15.3 O prazo para assinatura do Contrato será de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação da convocação da adjudicatária no Diário Oficial da Cidade (D.O.C.), sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções descritas no Item 18 deste edital.

15.3.1 O prazo para formalização do ajuste, poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que solicitado por escrito, durante seu transcurso e ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

15.3.2 O Contrato deverá ser assinado por representante legal, diretor ou sócio da empresa, com apresentação, conforme o caso e, respectivamente, de procuração ou contrato social, acompanhados de cédula de identidade.

15.4 É facultado à Administração, quando o convocado não formalizar o ajuste no prazo e condições estabelecidos, inclusive na hipótese de impedimento da contratação, sem embargo da aplicação das penalidades cabíveis, retomar o procedimento, mediante agendamento de nova Sessão Pública, ou revogar a licitação.

15.4.1 Na hipótese de retomada do procedimento, as demais licitantes classificadas serão convocadas para participar da nova sessão pública do pregão, com vistas a celebração da contratação.

15.4.2 O aviso da nova sessão será publicado no Diário Oficial da Cidade e divulgação nos endereços eletrônicos <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) – Hospital do Servidor Público Municipal (UASG 925102).

15.4.3 Na sessão o Pregoeiro convocará as licitantes classificadas remanescentes, na ordem de classificação, promovendo a averiguação das condições de aceitabilidade de preços e de habilitação, procedendo-se conforme especificações deste edital, até o encontro de uma proposta e licitante que atendam a todas as exigências estabelecidas, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto da licitação.

15.5. Deverá ser prestada garantia contratual, no prazo de 15 (quinze) dias da assinatura do contrato, no valor de 5% (cinco inteiros por cento) sobre o valor total do contrato. As garantias permitidas são as previstas no artigo 96, §1º da lei 14.133/21. **Caso a opção de garantia seja Seguro Garantia, esta deverá ser apresentada antes da assinatura do contrato, tendo em vista o que dispõe o art. 96, § 3º da Lei 14.133/21.** Mediante justificativa aceita, o prazo aqui assinalado poderá ser prorrogado, uma única vez.

15.6 A garantia será prestada nas modalidades previstas no artigo 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/21.

15.7 Sempre que o valor contratual for aumentado ou o contrato tiver sua vigência prorrogada, a contratada será convocada a reforçar a garantia, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, de forma a que corresponda sempre a mesma percentagem estabelecida.

15.8 O não cumprimento do disposto na cláusula supra, ensejará aplicação da penalidade.

15.9 A garantia exigida pela Administração poderá ser utilizada para satisfazer débitos decorrentes da execução do contrato, inclusive nos termos da Orientação Normativa 2/12 – PGM, e/ou de multas aplicadas à empresa contratada.

15.10 A garantia contratual será devolvida após a lavratura do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços, mediante requerimento da Contratada, que deverá vir acompanhado de comprovação, contemporânea, da inexistência de ações distribuídas na Justiça do Trabalho que possam implicar na responsabilidade subsidiária do ente público, condicionante de sua liberação, nos termos da Orientação Normativa 2/12 – PGM.

15.11 A garantia poderá ser substituída, mediante requerimento da interessada, respeitadas as modalidades referidas no item 15.5.

15.12. SUBCONTRATAÇÃO

15.12.1. **não** poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do Contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão;

16 PRAZO PARA INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E CONDIÇÕES

16.1 A Administração estabelecerá data certa para início da execução do serviço, conforme constar na Minuta de Contrato (Anexo I) ou, excepcionalmente, por meio de Ordem de Início dos Serviços.

16.1.1 O serviço deverá ser prestado de acordo com o ofertado na proposta, no local e horário discriminados no Anexo II deste Edital, correndo por conta da contratada todas as despesas decorrentes da execução do objeto contratual.

16.1.2 O prazo de execução do contrato terá duração de **12 meses**, contados da data de início da execução, prorrogável por até 10 anos, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021, e do artigo 116 do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022, desde que haja concordância das partes, o contratado haja cumprido satisfatoriamente suas obrigações, bem como a pesquisa prévia revele que os preços são compatíveis com os de mercado, nos termos previstos na minuta de contrato - Anexo I deste Edital.

16.1.3 Caso a Contratada não tenha interesse na prorrogação do ajuste deverá comunicar este fato por escrito à Contratante, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data de término do prazo contratual, sob pena de incidência de penalidade contratual.

16.1.4 Na ausência de expressa oposição, e observadas as exigências contidas nos incisos I e II do artigo 116 do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022, o ajuste poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado, mediante despacho da autoridade competente.

16.1.5 A não prorrogação do prazo de vigência contratual, por conveniência da Administração, não gerará à Contratada o direito a qualquer espécie de indenização.

16.1.6 Não obstante o prazo estipulado no subitem 16.1.2, a vigência contratual nos exercícios subsequentes ao da assinatura do contrato estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada na existência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício, para atender as respectivas despesas.

16.2 A DATA DE INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS será certificada pela unidade responsável pelo acompanhamento da execução contratual.

16.3 Os serviços deverão ser iniciados conforme previsto na Ordem de Início, e deverão ser seguidas as orientações da unidade responsável pela fiscalização do ajuste.

17 CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

17.1 As cláusulas relativas ao recebimento dos serviços e pagamento são as constantes da minuta de termo de contrato, Anexo I deste Edital.

17.2 Observar-se-á o quanto disposto no Decreto Municipal nº 54.873, de 25 de fevereiro de 2014, a respeito da nomeação de fiscais e acompanhamento da execução, até o seu término.

18 PENALIDADES

18.1 São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos no Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/21 e Seção XI do Decreto Municipal nº 62.100/22.

18.1.1 As penalidades só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

a) comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação; e/ou,

b) manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à Administração.

18.2 Ocorrendo recusa da adjudicatária em retirar/receber a nota de empenho, dentro do prazo estabelecido neste Edital, sem justificativa aceita pela Administração, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas:

a) Multa no valor de 20% (vinte por cento) do valor do ajuste se firmado fosse;

b) Pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 (três) anos com a Administração Pública, a critério do HSPM;

18.2.1 Incidirá nas mesmas penas previstas neste subitem a empresa que estiver impedida de firmar o ajuste pela não apresentação dos documentos necessários para tanto.

18.3 À licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, inclusive em razão de comportamento inadequado de seus representantes, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida neste edital, não mantiver a proposta/lance, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, se microempresa ou pequena empresa não regularizar a documentação fiscal no prazo concedido para este fim, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas as penalidades referidas nas alíneas “a” e “b” do subitem 18.2 ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, a depender da natureza e gravidade da infração cometida e peculiaridades do caso em concreto.

18.4 As penalidades poderão ainda ser aplicadas em outras hipóteses, nos termos da Lei, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, sendo que com relação a multas serão aplicadas como segue:

18.4.1 Multa de 1,0% (um por cento) sobre o valor do serviço não entregue por dia de atraso, inclusive nas hipóteses de fixação de prazo para substituição ou complementação, limitada a demora até o máximo de 19 (dezenove) dias do prazo fixado, após restará configurada inexecução do ajuste, parcial ou total a depender se o atraso se deu em parte ou no todo.

18.4.2 Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do serviço entregue em desacordo com as especificações do edital e do ajuste, sem prejuízo de sua substituição, no prazo estabelecido.

18.4.2 Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do ajuste, por inexecução total do objeto.

18.4.3 Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inexecutada, por inexecução parcial do ajuste.

18.4.4 Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do ajuste, por descumprimento de qualquer das obrigações decorrentes do ajuste, não previstas nas demais disposições desta cláusula.

18.4.5 Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, por rescisão do ajuste decorrente de culpa da Contratada.

18.5 As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis.

18.6 Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos nele fixados, que deverá ser dirigido à Superintendência, e protocolizado nos dias úteis, das 09 às 17 horas.

18.6.1 Caso a Contratante releve justificadamente a aplicação da multa ou de qualquer outra penalidade, essa tolerância não poderá ser considerada como modificadora de qualquer condição contratual, permanecendo em pleno vigor todas as condições deste Edital.

18.7 Os procedimentos de aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar serão conduzidos por comissão, nos termos do artigo 158, “caput” e § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

18.8 São aplicáveis à presente licitação e ao ajuste dela decorrente no que cabível for, inclusive, as sanções penais estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/21.

19 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica,

mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

19.2 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa e o princípio do formalismo moderado, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

19.3 As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a HSPM não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.4 As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.

19.4.1 A falsidade de qualquer declaração prestada poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

19.5 A licitante vencedora deverá comunicar à Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, devendo manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

19.6 O ajuste, suas alterações e rescisão obedecerão à Lei Federal nº 14.133/21, demais normas complementares e disposições deste Edital, aplicáveis à execução dos contratos e especialmente os casos omissos.

19.7 A revogação ou anulação da licitação observará os procedimentos e normas previstas no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21

19.8 O Pregoeiro poderá promover diligências destinada à complementação de informações sobre documentos já apresentados, desde que se tratem de fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21.

19.9 Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo Pregoeiro ouvidas, se for o caso, as Unidades competentes.

19.10 Integrarão o ajuste a ser firmado, para todos os fins, a proposta da Contratada, a Ata da licitação e o Edital da Licitação, com seus anexos, que o precedeu, independentemente de transcrição.

19.11 Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de quaisquer das cláusulas do ajuste poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

19.12 A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão.

19.13 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.

19.14 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, observado o art. 183 da Lei Federal 14.133/21.

19.15 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário do Pregoeiro.

19.16 Os atos relativos à licitação efetuados por meio do sistema serão formalizados e registrados em processo administrativo pertinente ao certame.

19.17 O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos a publicação, serão divulgados no Diário Oficial da Cidade e no sítio eletrônico (<https://www.gov.br/compras/pt-br/>), bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

19.18 O pregoeiro e a equipe de apoio que atuarão neste pregão eletrônico foram designados nos autos do processo administrativo a ele pertinente e indicados no sistema.

19.19 O Edital e seus anexos estão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

19.20 As dúvidas interpretativas e eventuais omissões serão realizadas com plena observância ao disposto nas normas previstas na Lei Federal 14.133/21 e no Decreto Municipal nº 62.100/22.

19.21 Fica desde logo eleito o Foro da Comarca da Capital – Vara da Fazenda Pública - para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente certame ou de ajuste dele decorrente.

São Paulo, 22 de abril de 2026

Esther Vieira Murad Neves de Brito
HSPM

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90129/2026

PROCESSO: 6210.2026/0001136-1

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE E REMOÇÃO TERRESTRE DE PACIENTES ADULTOS, PEDIÁTRICOS, LACTENTES E PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS DE MOBILIDADE, INCLUINDO PACIENTES COM OBESIDADE, MEDIANTE A DISPONIBILIZAÇÃO, SOB DEMANDA E COM ATENDIMENTO ININTERRUPTO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS POR DIA, DE AMBULÂNCIA TIPO B (SUPORTE BÁSICO), COM MOTORISTA E EQUIPE DE ENFERMAGEM, EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS TÉCNICAS, SANITÁRIAS E ASSISTENCIAIS VIGENTES, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES DO ANEXO II DO EDITAL.

ANEXO I – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº ____/2026.

PROCESSO: 6210.2026/0001136-1

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE E REMOÇÃO TERRESTRE DE PACIENTES ADULTOS, PEDIÁTRICOS, LACTENTES E PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS DE MOBILIDADE, INCLUINDO PACIENTES COM OBESIDADE, MEDIANTE A DISPONIBILIZAÇÃO, SOB DEMANDA E COM ATENDIMENTO ININTERRUPTO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS POR DIA, DE AMBULÂNCIA TIPO B (SUPORTE BÁSICO), COM MOTORISTA E EQUIPE DE ENFERMAGEM, EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS TÉCNICAS, SANITÁRIAS E ASSISTENCIAIS VIGENTES, PARA ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DO HSPM, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES DO ANEXO II DO EDITAL.

CONTRATANTE: HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

CONTRATADA:

VALOR DO CONTRATO:

DOTAÇÃO A SER ONERADA:

NOTA DE EMPENHO:

Termo de Contrato que entre si celebram o
HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, e a empresa.....

O **HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL**, neste ato representada pela Superintendente,, adiante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa....., com sede na, nº, Bairro: Cidade:, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob nº, neste ato representada por seu representante legal (qualificação completa, RG e CPF), adiante simplesmente designada **CONTRATADA**, nos termos da autorização contida no despacho sob SEI _____, do processo

citado na epígrafe, têm entre si, justo e acordado o presente contrato, na conformidade das condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO DO CONTRATO

1.1 O presente contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE E REMOÇÃO TERRESTRE DE PACIENTES ADULTOS, PEDIÁTRICOS, LACTENTES E PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS DE MOBILIDADE, INCLUINDO PACIENTES COM OBESIDADE, MEDIANTE A DISPONIBILIZAÇÃO, SOB DEMANDA E COM ATENDIMENTO ININTERRUPTO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS POR DIA, DE AMBULÂNCIA TIPO B (SUORTE BÁSICO), COM MOTORISTA E EQUIPE DE ENFERMAGEM, EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS TÉCNICAS, SANITÁRIAS E ASSISTENCIAIS VIGENTES, PARA ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DO HSPM.**

1.2 Deverão ser observadas as especificações e condições de prestação de serviços constantes do Termo de Referência – Anexo II, parte integrante deste edital.

CLÁUSULA SEGUNDA

DOS LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 A prestação dos serviços será executada nas dependências da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PRAZO CONTRATUAL

3.1 O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, de/...../20... (inclusive) a/...../20...podendo ser prorrogado na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021, e do artigo 116 do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022, desde que haja concordância das partes, o contratado haja cumprido satisfatoriamente suas obrigações, bem como a pesquisa de preços prévia revele que os preços são compatíveis com os de mercado.

3.1.1 Caso a Contratada não tenha interesse na prorrogação do ajuste deverá comunicar este fato por escrito à Contratante, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data de término do prazo contratual, sob pena de incidência de penalidade contratual.

3.1.2 Na ausência de expressa oposição, e observadas as exigências contidas nos incisos I e II do artigo 116 do Decreto Municipal nº 62.100/22, o ajuste **poderá** prorrogado, mediante despacho da autoridade competente.

3.1.3 A não prorrogação do prazo de vigência contratual, por conveniência da Administração, não gerará à Contratada o direito a qualquer espécie de indenização.

3.1.4 Não obstante o prazo estipulado no subitem 3.1, a vigência contratual nos exercícios subsequentes ao da assinatura do contrato estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada na existência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício, para atender as respectivas despesas.

CLÁUSULA QUARTA

DO PREÇO, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E REAJUSTE

4.1 O valor total estimado da presente contratação para o período de **12 (doze)** é de R\$ _____ (_____), correspondendo à remuneração dos seguintes itens:

Item 01- Serviços de Transporte e Remoção Terrestre de Pacientes Adultos, Pediátricos, Lactentes e Pacientes com Necessidades Especiais de Mobilidade, Incluindo Pacientes com Obesidade, Mediante a Disponibilização, sob Demanda e com Atendimento Ininterrupto De 24 (Vinte E Quatro) Horas Por Dia, De Ambulância Tipo B (Suporte Básico), com Motorista e Equipe de Enfermagem, e conformidade com as Normas Técnicas, Sanitárias e Assistenciais Vigentes				
Descrição	Quantidade Anual	Valor Unitário	Valor Mensal Estimado	Valor Total Anual
Ida	300	R\$	R\$	R\$
Ida e Volta	900	R\$	R\$	R\$
Grande São Paulo (ida)	24	R\$	R\$	R\$
Grande São Paulo (ida e volta)	12	R\$	R\$	R\$
Fora da Grande São Paulo (ida)	12	R\$	R\$	R\$
Fora da Grande São Paulo (ida e volta)	12	R\$	R\$	R\$

4.2 Todos os custos e despesas necessários à correta execução do ajuste estão inclusos no preço, inclusive os referentes às despesas trabalhistas, previdenciárias, impostos, taxas, emolumentos, em conformidade com o estatuído no Edital e seus Anexos, constituindo a única remuneração devida pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

4.3 Para fazer frente às despesas do Contrato, foi emitida a nota de empenho nº ____/2026, no valor de R\$(.....), onerando a dotação orçamentária nº do orçamento vigente, respeitado o princípio da anualidade orçamentária, devendo as despesas do exercício subsequente onerar as dotações do orçamento próprio.

4.4 Os preços contratuais serão reajustados, observada a **periodicidade anual** que terá como termo inicial a data do orçamento estimado, desde que não ultrapasse o valor praticado no mercado.

4.4.1 O índice de reajuste será o Índice de Preços ao Consumidor – IPC, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, válido no momento da aplicação do reajuste, nos termos da Portaria SF n.º 389/17, bem como Decreto Municipal n.º 57.580/17.

4.4.1.1 Eventuais diferenças entre o índice geral de inflação efetivo e aquele acordado na cláusula 4.4.1 não geram, por si só, direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

4.4.2 Fica vedado qualquer novo reajuste pelo prazo de 1 (um) ano.

4.5 Será aplicada compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05, de 05 de janeiro de 2012, quando houver atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Contratante, observada a necessidade de se apurar a responsabilidade do servidor que deu causa ao atraso no pagamento, nos termos legais.

4.6 As hipóteses excepcionais ou de revisão de preços serão tratadas de acordo com a legislação vigente e exigirão detida análise econômica para avaliação de eventual desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

4.7 Fica ressalvada a possibilidade de alteração da metodologia de reajuste, atualização ou compensação financeira desde que sobrevenham normas federais e/ou municipais que as autorizem.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 São obrigações da CONTRATADA:

- a)** Executar regularmente o objeto deste ajuste, respondendo perante a Contratante pela fiel e integral realização dos serviços contratados;
- b)** Garantir total qualidade dos serviços contratados;
- c)** Executar todos os serviços objeto do presente contrato, obedecendo as especificações e obrigações descritas no Termo de Referência, ANEXO II do Edital de Licitação, que precedeu este ajuste e faz parte integrante do presente instrumento;
- d)** Responsabilizar-se pela segurança do trabalho de seus empregados, adotando as precauções necessárias à execução dos serviços, fornecendo os equipamentos de proteção individual (EPI) exigidos pela legislação, respondendo por eventuais indenizações decorrentes de acidentes de trabalho;
- e)** Responder por todos os encargos e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, fiscal, administrativa, civil e comercial, resultantes da prestação dos serviços;
- f)** Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- g)** Responder por todo e qualquer dano que venha a ser causado por seus empregados e prepostos, à CONTRATANTE ou a terceiros, podendo ser descontado do pagamento a ser efetuado, o valor do prejuízo apurado;
- h)** Manter, durante o prazo de execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.2 A CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do Contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão.

CLÁUSULA SEXTA

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 A CONTRATANTE fiscalizará todas as obrigações contidas no Termo de Referência – Anexo II do Edital, cabendo-lhe especialmente:

- a)** Cumprir e exigir o cumprimento das obrigações deste Contrato e das disposições legais que a regem;
- b)** Realizar o acompanhamento do presente contrato, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;
- c)** Proporcionar todas as condições necessárias à boa execução dos serviços contratados, inclusive comunicando à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração e ou endereço de cobrança;
- d)** Exercer a fiscalização dos serviços, indicando, formalmente, o gestor e/ou o fiscal para acompanhamento da execução contratual, fornecimento dos materiais, manutenção e etc, realizando a supervisão das atividades desenvolvidas pela contratada e efetivando avaliação periódica;

- e) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, podendo solicitar o seu encaminhamento por escrito;
- f) Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido no presente contrato;
- g) Aplicar as penalidades previstas neste contrato, em caso de descumprimento pela CONTRATADA de quaisquer cláusulas estabelecidas;
- h) Exigir da Contratada, a qualquer tempo, a comprovação das condições requeridas para a contratação;
- i) Indicar e formalizar o (s) responsável (is) pela fiscalização do contrato, a quem competirá o acompanhamento dos serviços, nos termos do Decreto Municipal nº 54.873/2014;
- j) Atestar mensalmente a execução e a qualidade dos serviços prestados, indicando qualquer ocorrência havida no período, se for o caso, em processo próprio, onde será juntada a Nota Fiscal Fatura a ser apresentada pela CONTRATADA, para fins de pagamento;

6.2 A fiscalização dos serviços pelo Contratante não exime, nem diminui a completa responsabilidade da Contratada, por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas contratuais.

6.3 A Contratante poderá, a seu critério e a qualquer tempo, realizar vistoria e verificar o cumprimento de normas preestabelecidas no edital/contrato.

CLÁUSULA SETIMA

DO PAGAMENTO

7.1 O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, a contar da data da entrega de cada nota fiscal ou nota fiscal fatura.

7.1.1 Caso venha ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da contratada, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

7.1.2 Caso venha a ocorrer atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Administração, a Contratada terá direito à aplicação de compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05, de 05/01/2012.

7.2 O pagamento será efetuado em conformidade com a execução dos serviços, mediante apresentação da (s) respectiva (s) nota(s) fiscal (is) ou nota (s) fiscal (is)/fatura, bem como de cópia reprográfica da nota de empenho, acompanhada, quando for o caso, do recolhimento do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza do mês de competência, descontados os eventuais débitos da Contratada, inclusive os decorrentes de multas.

7.2.1 No caso de prestadores de serviço com sede ou domicílio fora do Município de São Paulo, deverá ser apresentada prova de inscrição no CPOM – Cadastro de Empresas Fora do Município, da Secretaria Municipal de Finanças, nos termos dos artigos 9º-A E 9º-B da Lei Municipal nº 13.701/2003, com redação da Lei Municipal nº 14.042/05 e artigo 68 do Regulamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, aprovado pelo Decreto Municipal nº 50.896/09.

7.2.2 Não sendo apresentado o cadastro mencionado no subitem anterior, o valor do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, incidente sobre a prestação de serviços objeto do presente, será retido na fonte por ocasião de cada pagamento, consoante determina o artigo 9º-A e seus parágrafos 1º e 2º, da Lei Municipal nº 13.701/2003, acrescentados pela Lei Municipal nº 14.042/05, e na conformidade do Regulamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, aprovado pelo Decreto Municipal nº 50.896/09 e da Portaria SF nº 101/05, com as alterações da Portaria SF nº 118/05.

7.3 Na hipótese de existir nota de retificação e/ou nota suplementar de empenho, cópia (s) da (s) mesma (s) deverá (ão) acompanhar os demais documentos.

7.4 A Contratada deverá apresentar, a cada pedido de pagamento, os documentos a seguir discriminados, para verificação de sua regularidade fiscal perante os órgãos competentes:

a) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – F.G.T.S., fornecido pela Caixa Econômica Federal;

b) Certidão Negativa de Débitos relativa às Contribuições Previdenciárias e as de Terceiros – CND – ou outra equivalente na forma da lei;

c) Certidão negativa de débitos de tributos mobiliários do Município de São Paulo;

d) Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);

e) Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura devidamente atestada;

f) Os documentos relacionados serão encaminhados para pagamento quando resolvidos todas as divergências, inclusive quanto a atrasos e multas relativas ao objeto contratado.

g) Será pago o serviço efetivamente realizado.

7.4.1 Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

7.5 Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

7.6 Por ocasião de cada pagamento, serão feitas as retenções eventualmente devidas em função da legislação tributária.

7.7 A não apresentação de certidões negativas de débito, ou na forma prevista no subitem 7.4.1, não impede o pagamento, porém será objeto de aplicação de penalidade ou rescisão contratual, conforme o caso.

7.8 O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente, no BANCO DO BRASIL S/A, conforme estabelecido no Decreto nº 51.197/2010, publicado no DOC do dia 22 de janeiro de 2010.

7.9 Fica ressalvada qualquer alteração por parte da Secretaria Municipal de Finanças, quanto às normas referentes ao pagamento de fornecedores.

CLÁUSULA OITAVA

DO CONTRATO E DA EXTINÇÃO

8.1 O presente contrato é regido pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/21, do Decreto Municipal nº 62.100/2022, Decreto Municipal nº 56.475/2015 e da Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e das demais normas complementares aplicáveis.

8.2 O ajuste poderá ser alterado nas hipóteses previstas no artigo 137 da Lei Federal 14.133/21.

8.3 A CONTRATANTE se reserva o direito de promover a redução ou acréscimo do ajuste, nos termos do art. 125 da Lei Federal 14.133/21.

8.4 O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

8.5. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

8.6. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

8.6.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

CLÁUSULA NONA

DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

9.1 A execução dos serviços será feita conforme o Termo de Referência, Anexo II do Edital da licitação que precedeu este ajuste, e dele faz parte integrante para todos os fins.

9.2 A execução dos serviços objeto deste contrato deverá ser atestada pelo responsável pela fiscalização, pela CONTRATANTE, atestado esse que deverá acompanhar os documentos para fins de pagamento conforme Cláusula Sétima.

9.2.1 A fiscalização será exercida de acordo com o Decreto Municipal nº 54.873/14.

9.3 O objeto contratual será recebido consoante as disposições do artigo 140, da Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas municipais pertinentes.

9.4 O objeto contratual será recebido mensalmente mediante relatório de medição dos serviços executados no mês, emitido pela Contratada, sendo tal relatório submetido à fiscalização da Contratante, que, após conferência, atestará se os serviços foram prestados a contento, atestado esse que deverá ser acompanhado de fatura ou nota-fiscal-fatura, bem como da cópia reprográfica da nota de empenho, para fins de pagamento.

9.5 Havendo inexecução de serviços, o valor respectivo será descontado da importância mensal devida à Contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observados os trâmites legais e os princípios do contraditório e ampla defesa.

9.5.1 O recebimento e aceite do objeto pela CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de quantidade ou qualidade dos serviços, materiais ou disparidades com as especificações estabelecidas no Anexo II, verificadas posteriormente.

CLÁUSULA DÉCIMA

DAS PENALIDADES

10.1. São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos no Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/21 e Seção XI do Decreto Municipal nº 62.100/22.

10.1.1 As penalidades só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

a) comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação; e/ou,

b) manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à Administração.

10.2 Ocorrendo recusa da adjudicatária em retirar/receber a nota de empenho, dentro do prazo estabelecido neste Edital, sem justificativa aceita pela Administração, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas:

a) Multa no valor de 20% (vinte por cento) do valor do ajuste se firmado fosse;

b) Pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 (três) anos com a Administração Pública, a critério do Hspm;

10.2.1 Incidirá nas mesmas penas previstas neste subitem a empresa que estiver impedida de firmar o ajuste pela não apresentação dos documentos necessários para tanto.

10.3 À licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, inclusive em razão de comportamento inadequado de seus representantes, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida neste edital, não mantiver a proposta/lance, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, se microempresa ou pequena empresa não regularizar a documentação fiscal no prazo concedido para este fim, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas as penalidades referidas nas alíneas “a” e “b” do subitem 10.2 ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, a depender da natureza e gravidade da infração cometida e peculiaridades do caso em concreto.

10.4 As penalidades poderão ainda ser aplicadas em outras hipóteses, nos termos da Lei, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, sendo que com relação a multas serão aplicadas como segue:

10.4.1 Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do ajuste, por inexecução total do objeto.

10.4.2 Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inexecutada, por inexecução parcial do ajuste.

10.4.3 Multa de 1,0% (um por cento) sobre o valor de execução de serviços por dia de atraso, inclusive nas hipóteses de fixação de prazo para substituição ou complementação, limitada a demora até o máximo de 19 (dezenove) dias do prazo fixado, após restará configurada inexecução do ajuste, parcial ou total a depender se o atraso se deu em parte ou no todo.

10.4.4 Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor de execução de serviços em desacordo com as especificações do edital e do ajuste, sem prejuízo de sua substituição, no prazo estabelecido.

10.4.5 Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do ajuste, por descumprimento de qualquer das obrigações decorrentes do ajuste, não previstas nas demais disposições desta cláusula.

10.4.6 Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, por rescisão do ajuste decorrente de culpa da Contratada.

10.5 As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis.

10.6 Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos nele fixados, que deverá ser dirigido à Superintendência do Hospital do Servidor Público Municipal nos dias úteis, das 09 às 17 horas.

10.6.1 Caso a Contratante releve justificadamente a aplicação da multa ou de qualquer outra penalidade, essa tolerância não poderá ser considerada como modificadora de qualquer condição contratual, permanecendo em pleno vigor todas as condições deste Edital.

10.7 Os procedimentos de aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar serão conduzidos por comissão, nos termos do artigo 158, “caput” e § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.8 São aplicáveis à presente licitação e ao ajuste dela decorrente no que cabível for, inclusive, as sanções penais estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

LEI DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD

11.1 O objetivo deste termo é disciplinar a relação entre as partes do contrato, estabelecendo suas obrigações a fim de adequá-lo às disposições trazidas pela Lei 13.709/2020 (lei de Proteção Geral de Dados – LGPD).

11.2 DA FINALIDADE, USO E TRATAMENTO DOS DADOS

11.2.1 As partes obrigam-se a cumprir com todo rigor a Lei 13.709/2020 que trata da proteção de dados, jamais os colocando, por seus atos ou por sua omissão, em situação de violação à citada Lei.

11.2.2. As Partes estabelecem que: (i) a CONTRATANTE será responsável pelas informações cadastrais de pacientes para encaminhamento deste ao serviço da CONTRATADA, os quais devem ser utilizados exclusivamente para prestação de serviços objeto do Contrato, sendo competente para tomar as decisões sobre o tratamento de dados como Controladora. (ii) A CONTRATADA será Controladora quando da prestação de atendimento médico-hospitalar (art. 11, inciso II, alínea f, da LGPD) aos pacientes encaminhados pela CONTRATANTE relativamente às informações de saúde, que venha a tratar, de modo correto e integral, garantindo a proteção da vida e a tutela da saúde.

11.2.3 - Os dados tratados pela CONTRATANTE, bem como os tratados pela CONTRATADA, poderão ser comunicados entre si, a fim de cumprir com a execução dos serviços objeto do Contrato anteriormente firmado e para o atendimento médico-hospitalar. Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados no Contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins, a não ser para (i) cumprimento de obrigação legal ou regulatória (ii) no exercício regular de direito ou (iii) por determinação judicial ou por requisição da ANPD

11.2.4 Caso as partes considerem que não possuem informações suficientes para o tratamento dos dados ou que uma instrução infringe as leis de proteção de dados, as partes notificarão uma a outra e aguardarão novas instruções em cada caso específico.

11.2.5 As partes se certificarão que as pessoas autorizadas a tratar os Dados Pessoais e/ou sensíveis dos pacientes submetidos ao tratamento objeto do contrato de prestação de serviços assumam compromisso de confidencialidade ou estejam sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade.

11.2.6 Se os titulares dos dados, autoridade de proteção de dados, ou terceiro solicitarem informações relativas ao tratamento de Dados Pessoais a que as partes tiveram acesso em decorrência do contrato de prestação de serviços, a parte envolvida submeterá esse pedido à apreciação da outra.

11.2.7 Cada parte não poderá, sem instruções prévias da outra, transferir ou, de qualquer outra forma, compartilhar e/ou permitir ou garantir acesso aos Dados Pessoais ou a quaisquer outras informações relativas ao tratamento de Dados Pessoais obtidos em razão do contrato de prestação de serviços a qualquer terceiro, não inserindo-se no conceito de terceiro os funcionários, colaboradores e operadores envolvidos e necessários à execução dos serviços objeto do Contrato.

11.2.8 Os dados tratados para cumprimento do Contrato de Prestação de Serviços anteriormente firmado, após atingirem sua finalidade, serão eliminados pela CONTRATADA, preservando-se a confidencialidade, sigilo dos dados descartados a terceiros, ou poderão ser conservados exclusivamente para cumprir as finalidades dos incisos I, II e IV do artigo 16 da Lei 13.709/2020.

11.2.9 A CONTRATADA não poderá transferir os dados obtidos em decorrência do Contrato de Prestação de Serviços, para fora do Brasil, nem terceirizar para uma subcontratada o tratamento dos dados dos pacientes da CONTRATANTE, salvo com expressa autorização prévia por escrito à **CONTRATANTE**.

11.2.10 As partes implementarão as medidas técnicas, operacionais e organizacionais apropriadas para proteger e assegurar o correto tratamento dados dos pacientes.

11.2.11 Caso ocorra a violação ou o vazamento dos dados obtidos por meio do contrato de prestação de serviços, a parte correspondente informará a outra acerca do fato, em prazo não superior a 36 (trinta e seis) horas a contar do conhecimento do ocorrido.

11.2.12 Quando solicitado, as partes fornecerão uma a outra todas as informações necessárias para comprovar a conformidade com as obrigações previstas neste instrumento e na Lei 13.709/2020.

11.3 – DAS RESPONSABILIDADES

11.3.1 As partes terão total responsabilidade por qualquer violação de suas obrigações conforme estabelecido no presente Termo Aditivo, notadamente no que diz respeito aos dados obtidos e compartilhados para execução do Contrato de Prestação de Serviços anteriormente firmado.

11.3.2 As partes serão responsáveis pela reparação dos danos causados pelo processamento nos casos em que não cumprir com as obrigações da Lei de Proteção de dados aplicáveis e dirigidos aos processadores ou se ela tiver agido fora ou contrária às instruções ajustadas no Contrato de Prestação de Serviços e respectivos Termos Aditivos firmados.

11.3.3 As partes cumprirão a Lei Geral de Proteção de Dados e demais dispositivos legais sobre proteção de dados, comprometendo-se, por si, por seus diretores e seus prepostos a manter, nos termos da regulamentação aplicável, o absoluto sigilo sobre todas as informações, dados, materiais e documentos obtidos em razão do contrato firmado, relativamente a seus pacientes, titulares dos dados pessoais, obrigando-se a não compartilhar tais dados, divulgar, vender, comunicar, ceder ou fazer uso de quais quer dessas informações, dados, materiais, e documentos, sob pena de responsabilizar-se na forma da legislação aplicável, sem prejuízo de perdas e danos e outras cominações legais.”

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA GARANTIA

12.1 Deverá ser prestada garantia contratual, no prazo de 15 (quinze) dias da assinatura do contrato, no valor de 5% (cinco inteiros por cento) sobre o valor total do contrato. As garantias permitidas são as previstas no artigo 96, §1º da lei 14.133/21. Caso a opção de garantia seja Seguro Garantia, esta deverá ser apresentada antes da assinatura do contrato, tendo em vista o que dispõe o art. 96, § 3º da Lei 14.133/21. Mediante justificativa aceita, o prazo aqui assinalado poderá ser prorrogado, uma única vez.

12.2 A garantia será prestada nas modalidades previstas no artigo 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/21.

12.3 Sempre que o valor contratual for aumentado ou o contrato tiver sua vigência prorrogada, a contratada será convocada a reforçar a garantia, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, de forma a que corresponda sempre a mesma percentagem estabelecida.

12.4 O não cumprimento do disposto na cláusula supra, ensejará aplicação da penalidade.

12.5 A garantia exigida pela Administração poderá ser utilizada para satisfazer débitos decorrentes da execução do contrato, inclusive nos termos da Orientação Normativa 2/12 – PGM, e/ou de multas aplicadas à empresa contratada.

12.6 A garantia contratual será devolvida após a lavratura do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços, mediante requerimento da Contratada, que deverá vir acompanhado de comprovação, contemporânea, da inexistência de ações distribuídas na Justiça do Trabalho que possam implicar na responsabilidade subsidiária do ente público, condicionante de sua liberação, nos termos da Orientação Normativa 2/12 – PGM.

12.7 A garantia poderá ser substituída, mediante requerimento da interessada, respeitadas as modalidades referidas no item 12.1.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

13.2 Todas as comunicações, avisos ou pedidos, sempre por escrito, concernentes ao cumprimento do presente contrato, serão dirigidos aos seguintes endereços:

CONTRATANTE:

CONTRATADA:

13.3 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e/ou municipais que as autorizem.

13.4 Fica a CONTRATADA ciente de que a assinatura deste termo de contrato indica que tem pleno conhecimento dos elementos nele constantes, bem como de todas as condições gerais e peculiares de seu objeto, não podendo invocar qualquer desconhecimento quanto aos mesmos, como elemento impeditivo do perfeito cumprimento de seu objeto.

13.5 A Administração reserva-se o direito de executar através de outras contratadas, nos mesmos locais, serviços distintos dos abrangidos na presente contratação.

13.6 A Contratada deverá comunicar a Contratante toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, sendo sua obrigação manter, durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.7 No ato da assinatura deste instrumento foram apresentados todos os documentos exigidos.

13.8 Ficam fazendo parte integrante deste instrumento, para todos os efeitos legais, o edital da licitação que deu origem à contratação, com seus Anexos, Proposta da contratada e a ata da sessão pública do pregão sob SEI ____ e ____.

13.9 O presente ajuste, o recebimento de seu objeto, suas alterações e rescisão obedecerão a o Decreto Municipal n.º 62.100/22, Lei Federal n.º 14.133/21 e demais normas pertinentes, aplicáveis à execução dos serviços e especialmente aos casos omissos.

13.10 Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DO FORO

14.1 Fica eleito o foro desta Comarca para todo e qualquer procedimento judicial oriundo deste Contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha a ser.

E para firmeza e validade de tudo quanto ficou estabelecido, lavrou-se o presente termo de contrato, o qual depois de lido e achado conforme, vai assinado e rubricado pelas partes contratantes e duas testemunhas presentes ao ato.

São Paulo, dd de mmm de aaaa.

Hospital do Servidor Público Municipal

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:



PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90129/2026

PROCESSO : 6210.2026/0001136-1

TIPO : MENOR PREÇO

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de transporte e remoção terrestre de pacientes adultos, pediátricos, lactentes e pacientes com necessidades especiais de mobilidade, incluindo pacientes com obesidade, mediante a disponibilização, **sob demanda e com atendimento ininterrupto de 24 (vinte e quatro) horas por dia**, de ambulância Tipo B (Suporte Básico), com motorista e equipe de enfermagem, em conformidade com as normas técnicas, sanitárias e assistenciais vigentes, para atendimento às necessidades do HSPM, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1. Quantidades estimadas

1.1.1. As remoções por demanda, de segunda a domingo, atendimento 24h que serão realizadas de acordo com a necessidade da unidade, que deverá ser solicitados através de sistema informatizado, conforme estimativa anual abaixo:

1.1.2. As remoções por demanda, serão pagas quando efetivamente realizadas e de acordo com a Avaliação de Nível de Serviço - SERVICE LEVEL AGREEMENT – (SLA), anexo I.

Item	Especificação	Quantidade Anual
Ambulância Básica (Tipo B)	Ida	300
	Ida e Volta	900
	Grande São Paulo (ida)	24
	Grande São Paulo (ida e volta)	12
	Fora da Grande São Paulo (ida)	12
	Fora da Grande São Paulo (ida e volta)	12

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo inicial de vigência da contratação é de 01 (um) ano, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogável nas hipóteses legais.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. O Hospital do Servidor Público Municipal – HSPM é uma unidade hospitalar de atendimento contínuo e de alta complexidade, integrante da rede municipal de saúde, responsável pelas assistências aos servidores públicos municipais e seus dependentes.

2.2. No exercício de suas atividades assistenciais, o HSPM demanda, de forma permanente, serviços de transporte e remoção terrestre de pacientes adultos,

pediátricos, lactentes e pacientes com necessidades especiais de mobilidade, inclusive aqueles com obesidade, destinados à realização de exames complementares externos, procedimentos especializados, transferências inter-hospitalares, retornos assistidos e demais deslocamentos.

- 2.3. Tais demandas possuem caráter contínuo, imprevisível e, frequentemente simultâneo, exigindo disponibilidade operacional compatível com a dinâmica hospitalar, bem como resposta tempestiva, sob pena de prejuízo à assistência prestada e potencial agravamento do quadro clínico dos pacientes.
- 2.4. Historicamente, esses serviços eram executados por meios próprios. Entretanto, a ausência de recomposição do quadro de motoristas ao longo dos anos, somada a aposentadorias e desligamentos, gerou déficit estrutural de pessoal. Paralelamente, a frota institucional atualmente disponível — limitada a 02 (duas) ambulâncias — mostra-se insuficiente para o atendimento integral da demanda e sujeita a indisponibilidades decorrentes de manutenção, cujo trâmite administrativo prolonga os períodos de inatividade.
- 2.5. O conjunto desses fatores evidencia a incompatibilidade entre a capacidade operacional interna e a necessidade assistencial do Hospital, comprometendo a continuidade, regularidade e eficiência do serviço público de saúde.
- 2.6. Em razão desse cenário, foi formalizada contratação para a prestação de serviços de ambulância Tipo B (Suporte Básico), cuja vigência teve início em agosto de 2022, encontrando-se atualmente vigente até agosto de 2026, com possibilidade de prorrogação até agosto de 2027, conforme previsto no Termo de Contrato.
- 2.7. Porem, de forma inesperada, em 29/01/2026 recebemos da contratada documento comunicando sua intenção de rescindir antecipadamente o contrato, alegando enfrentar grave situação econômico-financeira, no âmbito de processo de Recuperação Judicial em curso.
- 2.8. Diante da iminência de interrupção da prestação de serviço público essencial, impõe-se a instauração de novo procedimento licitatório (Pregão Eletrônico) como medida preventiva, garantindo a continuidade e regularidade do serviço.
- 2.9. O objeto possui natureza de serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade serão objetivamente definidos neste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 3.1. A contratada deverá disponibilizar ambulâncias Tipo B (Suporte Básico), devidamente licenciadas, equipadas e mantidas em adequadas condições de funcionamento, em conformidade com as normas técnicas e sanitárias vigentes.
- 3.2. Os serviços serão executados por equipes compostas por motorista socorrista e profissional de enfermagem legalmente habilitados e capacitados para o exercício das atividades assistenciais.
- 3.3. A gestão da frota, das equipes, dos acionamentos e da execução dos serviços de transporte e remoção de pacientes será de responsabilidade integral da contratada, devendo contar com sistema informatizado de gestão e controle dos atendimentos.

4. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

- 4.1. A contratação dos serviços deverá atender aos requisitos mínimos que assegurem a **continuidade, regularidade, eficiência, segurança assistencial e conformidade legal** da prestação do serviço, considerando o perfil assistencial da instituição, o caráter contínuo e imprevisível da demanda e os riscos inerentes às remoções assistenciais, em consonância com o objeto definido.

4.2. Veículos e Equipamentos

- A contratada deverá disponibilizar ambulâncias Tipo B (Suporte Básico), em perfeito estado de conservação e funcionamento, devidamente licenciadas e regularizadas, em conformidade com a Portaria nº 2.048/2002 do Ministério da Saúde e normas da ABNT, especialmente a NBR 14.561, bem como demais normas técnicas, sanitárias e regulatórias vigentes.
- Os veículos deverão estar equipados com todos os itens obrigatórios e necessários ao transporte seguro de pacientes adultos, pediátricos, lactentes e pacientes com necessidades especiais de mobilidade, inclusive obesos, incluindo maca reforçada com capacidade mínima de 300 kg, cintos de segurança adequados, dispositivos de imobilização e demais equipamentos compatíveis com o peso e condições clínicas do paciente, garantindo segurança, ergonomia e integridade física durante todo o deslocamento.
- A contratada será responsável pela manutenção preventiva e corretiva dos veículos e equipamentos, utilizados na execução dos serviços com a devida comprovação documental.

4.3. Equipe Técnica

- A execução dos serviços deverá contar com motoristas socorristas habilitados e capacitados, bem como profissionais de enfermagem legalmente habilitados, com registro ativo no respectivo conselho profissional.
- A contratada deverá manter quantitativo suficiente de profissionais e veículos para atender às solicitações do HSPM, sem prejuízo à continuidade e segurança do serviço.
- Deverão ser realizados treinamentos periódicos sobre condução segura, primeiros socorros, protocolos assistenciais, segurança do paciente, legislação de trânsito e fluxos operacionais definidos pelo HSPM, com registro e comprovação documental.

4.4. Prestação dos Serviços

- Os serviços ocorrerão por demanda, mediante acionamento do HSPM, garantindo capacidade operacional compatível com a imprevisibilidade, simultaneidade e criticidade dos atendimentos, nos períodos diurnos, noturnos, finais de semana e feriados, conforme estabelecido e definidos neste Termo de Referência.
- Os quantitativos estimados de atendimentos, veículos e equipes, bem como os tempos máximos de resposta para acionamento, deslocamento e início do transporte, serão definidos neste Termo de Referência, com base no histórico de demanda, na criticidade assistencial e na necessidade de resposta tempestiva às solicitações do Hospital.
- O cumprimento dos níveis de serviço será acompanhado por meio de indicadores de desempenho definidos neste Termo de Referência, considerando, de forma integrada, a disponibilidade operacional, a qualificação das equipes, a pontualidade, os tempos de resposta, a continuidade da prestação dos serviços e a conformidade técnica, assistencial e documental da execução contratual.

- Deverá ser apresentado e mantido plano de contingência operacional, com medidas para assegurar a continuidade dos serviços em casos de falhas mecânicas, indisponibilidade de veículos, ausência de profissionais, eventos climáticos ou acidentes, prevendo substituição imediata de veículos e equipes e comunicação rápida com o HSPM.

4.5. Do sistema Informatizado

4.5.1.A contratada deverá manter sistema informatizado para registro dos acionamentos, atendimentos e transportes realizados, contendo, no mínimo, a identificação do requisitante e da unidade solicitante, o horário de início e término da solicitação, o número de protocolo da solicitação, o tipo de atendimento e sua justificativa, os dados do paciente (nome, RH e número de registro do Cartão do SUS), as condições clínicas do paciente, o horário do exame ou procedimento a ser realizado, o local de origem e destino, o horário de chegada (origem e destino), o início e término do transporte, a identificação do veículo e da equipe responsável, a quilometragem percorrida e eventuais intercorrências.

4.5.2.O sistema informatizado deverá gerenciar, registrar e monitorar **todos os acionamentos, atendimentos e transportes realizados**, garantindo rastreabilidade, controle operacional e conformidade com a legislação aplicável à proteção de dados pessoais e ao sigilo das informações assistenciais.

4.5.3. Funcionalidades Mínimas Obrigatórias

4.5.3.1. Registro de Solicitações

- Cadastro do requisitante e da unidade solicitante.
- Registro de horário de início e término da solicitação.
- Geração automática de número de protocolo da solicitação.
- Registro do tipo de atendimento e justificativa.

4.5.3.2. Dados Operacionais

- Registro do **veículo e da equipe responsável**, incluindo motorista e profissionais de enfermagem.
- Horário de saída, início do transporte, chegada no destino e término do transporte.
- Quilometragem percorrida e eventuais intercorrências durante o transporte.

4.5.3.3. Dados do Paciente (*respeitando a LGPD e sigilo assistencial*)

- Nome, RH e número de registro do Cartão do SUS.
- Condições clínicas relevantes para o transporte.
- Horário de exames ou procedimentos associados.
- Local de origem e destino.

4.5.3.4. Monitoramento em Tempo Real

- Rastreamento GPS do veículo e atualização de status do atendimento.
- Acompanhamento em tempo real para a CONTRATANTE.

4.5.3.5. Relatórios

- Relatórios detalhados mensalmente ou quando solicitado pela CONTRATANTE com:
 - a) Número de solicitações realizadas.
 - b) Equipe responsável.
 - c) Tempo de resposta e duração do transporte.
 - d) Incidentes ocorridos.
 - e) Relação completa de todas as ações registradas no sistema.

4.5.3.6. Alertas e Notificações

- Notificações automáticas sobre atrasos, intercorrências ou falhas operacionais.
- Alertas de disponibilidade de veículos.

4.5.3.7. Segurança de dados

- Controle de acesso por perfil (administrador, gestor, operador).
- Criptografia de dados sensíveis e registros conforme LGPD.
- Backup automático diário com armazenamento seguro e redundante.

4.5.3.8. Requisitos Técnicos

- Plataforma **web e mobile**, compatível com computadores, tablets e smartphones (iOS e Android).
- Capacidade de **atendimento 24 horas por dia, 7 dias por semana**.
- Sistema com **disponibilidade mínima de 99,5% (SLA)**.
- Banco de dados seguro, com histórico mínimo de 5 anos.
- Possibilidade de **integração futura com sistemas hospitalares** e de prontuário eletrônico.
- Interface amigável para inserção rápida de dados no momento do atendimento.

4.5.3.9. Requisitos de Desempenho

- Todas as funcionalidades listadas na seção 2.
- Registro completo de pelo menos **5 transportes simulados**, com geração de relatórios e logs completos.
- Comprovação de conformidade com LGPD e sigilo assistencial.
- Funcionamento da plataforma em ambiente web e mobile sem falhas críticas.

4.6. Qualificação Técnica e Regularidade

4.6.1.A empresa licitante deverá comprovar qualificação técnica mediante apresentação de atestados compatíveis com o objeto da contratação, licença ou alvará sanitário válido, declaração de disponibilidade de ambulâncias, equipamentos e equipe, e comprovação da habilitação legal e capacitação dos profissionais, conforme previsto neste Termo de Referência.

4.6.2.A empresa licitante deverá comprovar sua qualificação técnica mediante a apresentação dos seguintes documentos, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e orientações dos órgãos de controle:

4.6.2.1. Atestado(s) de capacidade técnica

- Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa proponente, que comprove a sua aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em característica com o objeto da contratação.
- O(s) atestado(s) poderá(ão) referir-se a contrato(s) em execução ou já concluído(s).

4.6.2.2. Responsável Técnico (RT)

- A contratada deverá indicar profissional de saúde (Enfermeiro ou Médico), com registro ativo no respectivo Conselho de Classe (COREN ou CRM), para atuar como responsável técnico pela execução dos serviços.

4.6.2.3. Comprovação de regularidade sanitária

- Apresentação de Licença ou Alvará Sanitário válido, emitido pelo órgão competente, compatível com a atividade de transporte e remoção assistencial de pacientes.

4.6.2.4. Comprovação de disponibilidade operacional**4.6.2.5. Declaração formal de que a licitante dispõe ou disporá, no início da execução contratual, de:**

- ambulância(s) Tipo B (Suporte Básico), em conformidade com a Portaria nº 2.048/2002 e normas da ABNT;
- equipamentos, insumos e materiais necessários à execução dos serviços;
- equipe composta por motoristas socorristas habilitados e capacitados, bem como profissionais de enfermagem legalmente habilitados, com registro ativo no respectivo conselho profissional.

4.7. Sustentabilidade

4.7.1.A contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de transporte e remoção terrestre de pacientes adultos, pediátricos, lactentes e pacientes com necessidades especiais de mobilidade, inclusive pacientes com obesidade, mediante disponibilização, sob demanda e com atendimento ininterrupto de 24 (vinte e quatro) horas por dia, de ambulância Tipo B (Suporte Básico), com motorista e equipe de enfermagem, tem como objetivo assegurar a efetividade, a continuidade e a regularidade da assistência prestada pelo Hospital do Servidor Público Municipal – HSPM, garantindo segurança, qualidade e suporte adequado aos pacientes durante os deslocamentos assistenciais.

4.7.2.O serviço deverá operar em regime de cobertura ininterrupta, com atendimento por demanda, inclusive para remoções simultâneas, programadas ou de urgência, conforme necessidade assistencial identificada, contemplando pacientes com diferentes perfis clínicos e graus de mobilidade. Pretende-se, com isso, mitigar riscos decorrentes de atrasos, indisponibilidade de veículos, inadequação estrutural da ambulância ou insuficiência de equipe técnica, assegurando o cumprimento tempestivo dos fluxos internos e externos, inclusive aqueles regulados pelo Sistema CROSS do SUS, e proporcionando suporte eficiente às atividades clínicas, assistenciais e à gestão do fluxo hospitalar.

4.7.3.Como resultados de efetividade, espera-se:

- Garantia de transporte seguro e adequado às condições clínicas dos pacientes, em conformidade com as normas técnicas, sanitárias e assistenciais vigentes;

- Redução de intercorrências durante o transporte e maior previsibilidade nos deslocamentos assistenciais;
- Apoio contínuo às unidades assistenciais do HSPM, evitando desassistência ou atrasos em transferências, exames externos e internações reguladas;
- Atendimento qualificado por equipe composta por motorista habilitado e profissional de enfermagem capacitado.

4.7.4.Em termos de desenvolvimento sustentável e racionalização de recursos públicos, a contratação objetiva otimizar a aplicação dos recursos financeiros, evitando custos relacionados à aquisição, manutenção, depreciação, gestão administrativa e operacional de frota própria, bem como à contratação direta de pessoal para essa finalidade. Busca-se, ainda, permitir a adequada alocação dos servidores efetivos em atividades finalísticas, compatíveis com suas atribuições, reduzindo sobrecarga funcional, absenteísmo e riscos ocupacionais.

4.7.5.No âmbito ambiental, a execução contratual deverá observar o uso de veículos devidamente licenciados, revisados e em conformidade com as normas técnicas, sanitárias e ambientais vigentes, priorizando boas práticas que promovam o uso racional de combustíveis, a manutenção preventiva para controle de emissões, a redução de deslocamentos desnecessários e o correto gerenciamento dos resíduos eventualmente gerados durante a prestação do serviço, em consonância com o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) do HSPM e a legislação aplicável.

4.7.6.Dessa forma, a contratação assegura a prestação de serviço público essencial, contínuo e seguro, contribuindo para a melhoria dos resultados assistenciais, para a eficiência operacional do HSPM, para a sustentabilidade administrativa e ambiental e para a valorização e segurança dos profissionais envolvidos na execução dos serviços.

4.8. Garantia da Contratação

4.8.1.Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, no percentual de 5.% do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

4.9. Vistoria

4.9.1.A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, **acompanhado pela Divisão de Apoio Operacional, devendo-se ser previamente agendado nos telefones 3397-8022 / 3397-8023 / 3397-8047, com antecedência mínima de 24 horas.**

4.9.2.A vistoria prévia será realizada de 2ª a 6ª feira, no horário das 09 hs às 15hs.

4.9.3.Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.9.4. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.9.5. Caso o licitante não realize a vistoria deverá atestar, através de declaração firmada pelo responsável técnico, que possui conhecimento pleno das condições e peculiaridades de contratação, sob pena de inabilitação.

4.9.6. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

5.1. Exercer a fiscalização dos serviços executados, por meio de servidores formalmente designados pela Administração, no âmbito de suas competências.

5.2. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências do HSPM, sempre que necessário para a adequada execução dos serviços contratados.

5.3. Prestar à CONTRATADA as informações e os esclarecimentos necessários à adequada execução dos serviços contratados, quando solicitados por seus empregados.

5.4. Formalizar, por escrito, todas as determinações, orientações e comunicações dirigidas à CONTRATADA, especialmente aquelas que impactem a execução do contrato.

5.5. Autorizar, quando necessário, a adoção de providências junto a terceiros para viabilizar a adequada prestação dos serviços.

5.6. Comunicar imediatamente e por escrito à CONTRATADA qualquer falha, irregularidade ou deficiência verificada na execução dos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas cabíveis

6. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

6.1. A CONTRATADA, no âmbito da prestação de serviços de transporte e remoção terrestre de pacientes adultos, pediátricos, lactentes e pacientes com necessidades especiais de mobilidade, incluindo pacientes com obesidade, mediante a disponibilização, **sob demanda e com atendimento ininterrupto de 24 (vinte e quatro) horas por dia**, de ambulância Tipo B (Suporte Básico), com motorista e equipe de enfermagem, obriga-se a:

6.2. A execução do objeto dar-se-á por meio da disponibilização, **sob demanda**, de ambulância **Tipo B – Suporte Básico**, com motorista e equipe de enfermagem devidamente habilitados, para atendimento às solicitações do HSPM, **sob demanda e com atendimento ininterrupto de 24 (vinte e quatro) horas por dia**, inclusive finais de semana e feriados, conforme item 1.1.

6.3. Após a assinatura do contrato, a CONTRATANTE emitirá Ordem de Início, e a CONTRATADA deverá iniciar a prestação dos serviços no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Início.

- 6.4. Os serviços compreenderão o **transporte e a remoção terrestre inter-hospitalar** de pacientes adultos, pediátricos, lactentes e pacientes com necessidades especiais de mobilidade, inclusive pacientes com obesidade, assegurando condições adequadas de segurança, conforto e assistência durante todo o deslocamento.
- 6.5. A ambulância Tipo B deverá estar equipada em conformidade com as exigências estabelecidas na **Portaria nº 2.048/GM/MS**, do Ministério da Saúde, e demais normas sanitárias vigentes, contendo, no mínimo, os equipamentos, materiais permanentes, medicamentos e insumos obrigatórios para suporte básico.
- 6.6. A equipe mínima deverá ser composta por:
- 01 (um) motorista socorrista, devidamente habilitado e capacitado para condução de veículo de emergência;
 - 01 (um) profissional de enfermagem (técnico ou enfermeiro), com registro ativo no respectivo conselho de classe.
- 6.7. A CONTRATADA deverá:
- a) Garantir que os profissionais estejam uniformizados, identificados e com capacitação atualizada em suporte básico de vida;
 - b) Assegurar que os veículos estejam em perfeitas condições de uso, manutenção preventiva e corretiva, limpeza e desinfecção, conforme normas da vigilância sanitária;
 - c) Manter seguro obrigatório, documentação regular e licenciamento atualizado dos veículos;
 - d) Substituir imediatamente veículo ou profissional em caso de indisponibilidade, sem prejuízo da continuidade do serviço, sem ônus adicional a contratante;
 - e) Cumprir rigorosamente os protocolos assistenciais e fluxos definidos pelo HSPM.
- 6.8. A contratada deverá disponibilizar sistema informatizado, para acionamento da ambulância que será realizado pelo setor responsável do HSPM, contendo, no mínimo: Identificação do requisitante e da unidade solicitante, o horário de início e término da solicitação, o número de protocolo da solicitação, o tipo de atendimento e sua justificativa, os dados do paciente (nome, RH e número de registro do Cartão do SUS), as condições clínicas do paciente, o horário do exame ou procedimento a ser realizado, o local de origem e destino, o horário de chegada (origem e destino), o início e término do transporte, a identificação do veículo e da equipe responsável, a quilometragem percorrida e eventuais intercorrências.
- 6.8.1. **Em caso de indisponibilidade, falha técnica ou interrupção do sistema informatizado**, a CONTRATADA deverá disponibilizar **canal alternativo de comunicação ininterrupto (24 horas)**, previamente pactuado com o HSPM (telefone exclusivo, central de regulação ou outro meio formal), garantindo a continuidade do serviço sem prejuízo ao atendimento.
- 6.8.2. Nessas hipóteses, todas as informações obrigatórias deverão ser registradas manualmente ou em meio alternativo, com posterior inserção no sistema oficial tão logo restabelecido, preservando a rastreabilidade, a integridade dos dados e o número de protocolo da solicitação.

- 6.9. A contrata durante o transporte, a equipe deverá prestar assistência compatível com o nível de suporte básica, monitorando o paciente, registrando intercorrências e garantindo a integridade física e clínica até a entrega formal à unidade de destino.
- 6.10. A contrata ao final de cada atendimento, deverá ser emitido relatório contendo, no mínimo: identificação do paciente, origem e destino, horário de saída e chegada, equipe responsável e eventuais intercorrências, para fins de controle e fiscalização contratual.
- 6.11. A execução dos serviços deverá observar, além das normas do Ministério da Saúde, as diretrizes da **Agência Nacional de Vigilância Sanitária**, bem como demais legislações sanitárias, trabalhistas e de trânsito aplicáveis.
- 6.12. A contrata deverá apresentar Licença Sanitária válida para funcionamento de ambulância, conforme Portaria nº 2.215/2016 – SMS.G, bem como comprovar a renovação do CMVS (Cadastro Municipal de Vigilância Sanitária), nos termos da legislação vigente. No caso de ambulância registrada em outro município, deverá apresentar Licença/Alvará Sanitário emitido pela Vigilância Sanitária da respectiva sede, dentro do prazo de validade.
- 6.13. A contratada deverá manter seguro total dos veículos disponibilizados, abrangendo danos materiais e pessoais, inclusive aqueles envolvendo pacientes, acompanhantes, profissionais e terceiros, durante toda a vigência contratual.
- 6.14. A contratada deverá prestar os serviços com profissionais devidamente qualificados, habilitados e capacitados para o transporte e monitoramento de pacientes adultos, pediátricos, lactentes e pacientes com necessidades especiais de mobilidade, incluindo pacientes com obesidade, em conformidade com a Portaria GM/MS nº 2.048/2002 e demais normas vigentes.
- 6.15. A contratada deverá garantir, para remoções por demanda e simultâneas, a disponibilização da ambulância no prazo máximo de até 90 (noventa) minutos a contar do acionamento via sistema informatizado, inclusive em regime de 24 horas, não havendo limite de chamadas diárias. As remoções poderão ser programadas, inclusive quando houver atendimento simultâneo.
- 6.16. A contratada deverá atender às normas sanitárias, técnicas e profissionais aplicáveis, incluindo as Portarias CVS 09/1994, CFM nº 1.672/2003, NR-32 e demais legislações pertinentes.
- 6.17. A contratada deverá designar responsáveis técnicos pelas equipes (motoristas e profissionais de enfermagem), conforme exigências dos respectivos conselhos profissionais, apresentando a documentação comprobatória.
- 6.18. A contratada deverá apresentar-se ao HSPM com os veículos devidamente abastecidos, limpos, higienizados e em perfeitas condições de uso, sendo a limpeza interna e externa de inteira responsabilidade da CONTRATADA, devendo ser realizada fora das dependências da CONTRATANTE.
- 6.19. A contratada deverá apresentar trimestralmente ou quando solicitado pelos gestores do contrato relatórios de vistoria e manutenção dos veículos e equipamentos, garantindo os requisitos mínimos de segurança e preservação da vida do paciente.

- 6.20.** A contratada deverá disponibilizar check-list de equipamentos e materiais quando solicitado pelo CONTRATANTE, passível de conferência por profissional designado pelo HSPM.
- 6.21.** A contratada deverá transportar paciente, acompanhante e equipe observando rigorosamente o Código de Trânsito Brasileiro e as normas de segurança, garantindo a integridade física e psicológica dos transportados.
- 6.22.** A contratada deverá manter atualizadas todas as informações de contato, responsáveis técnicos, endereço e telefones, comunicando imediatamente qualquer alteração que possa impactar a execução contratual.
- 6.23.** A contratada deverá encaminhar mensalmente a relação nominal das equipes que prestaram serviços, contendo nome, função, registro profissional, bem como os espelhos das remoções realizadas no período, com identificação do paciente (nos termos da LGPD), tipo de remoção, destino e identificação do profissional que recebeu o paciente, para fins de conferência da Ficha de Avaliação de Nível de Serviço - SERVICE LEVEL AGREEMENT – (SLA) – ANEXO I.a e pagamento.
- 6.24.** A contratada deverá apresentar relatório individual por remoção, contendo registro de eventuais intercorrências ocorridas durante o transporte e as providências adotadas.
- 6.25.** A contratada deverá disponibilizar, sempre que solicitado, documentação relativa à manutenção preventiva dos equipamentos médico-hospitalares, relação de produtos utilizados (com registro na ANVISA, marca, fabricante, validade), relação de EPIs e EPCs utilizados, bem como relação de equipamentos com marca, modelo e fabricante.
- 6.26.** A contratada deverá realizar a remoção do paciente desde o local onde se encontre, inclusive nas dependências do HSPM ou em instituições credenciadas, bem como em outros locais indicados pela CONTRATANTE, até o destino informado, podendo, quando for o caso, reconduzi-lo ao local indicado.
- 6.27.** A contratada deverá assumir integral responsabilidade pela coordenação, supervisão e execução dos serviços contratados, arcando com todas as despesas relativas a veículos, profissionais, encargos trabalhistas e previdenciários, tributos, pedágios e demais custos decorrentes da execução do contrato.
- 6.28.** A contratada deverá responsabilizar-se por acidentes de trânsito, multas, danos materiais e pessoais causados a terceiros ou à Administração, inclusive nos casos não cobertos por seguro obrigatório.
- 6.29.** A contratada deverá assumir a responsabilidade integral e exclusiva por todo e qualquer dano, avaria ou prejuízo causado ao patrimônio público ou a terceiros, decorrente de qualquer intercorrência envolvendo as ambulâncias utilizadas na execução do objeto deste contrato.
- 6.30.** A contratada deverá cumprir integralmente as obrigações trabalhistas, previdenciárias e de segurança do trabalho relativas aos seus empregados, incluindo FGTS, PIS, encargos sociais e seguro contra acidentes de trabalho.
- 6.31.** A contratada deverá orientar seus empregados quanto às normas internas do HSPM, disciplina, segurança e conduta profissional nas dependências hospitalares.

- 6.32.** A contratada deverá manter fiscalização própria sobre a execução dos serviços e assiduidade de seus empregados, responsabilizando-se por eventuais paralisações, de modo a não comprometer a continuidade do serviço essencial.
- 6.33.** A contratada deverá apresentar mensalmente, até o quinto dia útil do mês subsequente, nota fiscal acompanhada da documentação exigida pela legislação municipal vigente, com detalhamento dos serviços prestados.
- 6.34.** A contratada deverá comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer anormalidade verificada na execução dos serviços e prestar todos os esclarecimentos solicitados, atendendo prontamente às recomendações da fiscalização contratual.
- 6.35.** A contratada deverá cumprir a legislação federal, estadual e municipal aplicável, bem como as normas internas da CONTRATANTE, permanecendo responsável pela execução integral dos serviços, ainda que haja fiscalização ou acompanhamento por parte do HSPM.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 7.1.** A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) formalmente designado(s) pelo HSPM, nos termos da legislação vigente, competindo-lhe(s) verificar o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como atestar a execução dos serviços para fins de pagamento.
- 7.2.** A prestação dos serviços será realizada sob demanda, conforme as solicitações formalizadas pelo HSPM, por meio de sistema informatizado oficial ou canal alternativo previamente pactuado, sendo obrigatória a vinculação de cada atendimento ao respectivo número de protocolo.
- 7.3.** A medição dos serviços para fins de pagamento será realizada mensalmente, considerando o conjunto de atendimentos efetivamente realizados no período de referência, devidamente registrados no sistema oficial, contendo, no mínimo, os dados exigidos no item 6.8 e seus subitens.
- 7.4.** A CONTRATADA deverá apresentar, até o quinto dia útil do mês subsequente, relatório mensal consolidado contendo:
- I.** relação nominal dos atendimentos realizados;
 - II.** número dos respectivos protocolos;
 - III.** origem e destino;
 - IV.** datas e horários de início e término do transporte;
 - V.** identificação da equipe e do veículo;
 - VI.** quilometragem percorrida;
 - VII.** registro de eventuais intercorrências;
 - VIII.** demais informações exigidas para conferência.
- 7.5.** A fiscalização do contrato será realizada pelo HSPM, que poderá solicitar informações, relatórios e comprovações a qualquer tempo, visando assegurar a qualidade, regularidade e continuidade dos serviços prestados.
- 7.6.** O pagamento será efetuado após a conferência, validação e ateste do fiscal do contrato, condicionando-se à comprovação da regular execução dos serviços, bem como à apresentação da documentação fiscal.
- 7.7.** O pagamento será realizado conforme a Avaliação de Nível de Serviço – SLA (SERVICE LEVEL AGREEMENT), que será detalhado no Anexo II.

- 7.8. Poderão ser glosados, total ou parcialmente, valores correspondentes a:
- I. serviços não executados;
 - II. atendimentos realizados em desconformidade com as normas técnicas e contratuais;
 - III. ausência de registros obrigatórios;
 - IV. descumprimento de prazos;
 - V. falhas na prestação do serviço que comprometam a qualidade, segurança ou continuidade do atendimento.
- 7.9. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a vigência do contrato:
- I. regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária;
 - II. habilitação jurídica e qualificação técnica exigidas na licitação;
 - III. profissionais devidamente registrados nos respectivos conselhos de classe;
 - IV. veículos licenciados, segurados e em condições adequadas de uso.
- 7.10. A substituição de profissionais ou veículos deverá ocorrer de forma imediata, sempre que identificada necessidade pela fiscalização, sem prejuízo da continuidade dos serviços.
- 7.11. O descumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas em contrato, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 7.12. A comunicação entre as partes para fins contratuais deverá ocorrer por meio oficial definido no instrumento contratual, admitindo-se correio eletrônico institucional, sistema informatizado próprio ou outro meio formalmente estabelecido.
- 7.13. Eventuais ocorrências que impactem a execução contratual deverão ser formalmente registradas e comunicadas de imediato, para análise e adoção das providências cabíveis.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITERIOS DE PAGAMENTO

- 8.1. Para fins de pagamento, as medições realizadas mensalmente, através da emissão de atestado devidamente assinado pelo Fiscal/Gestor do Contrato, serão avaliadas como “a contento”, “parcialmente a contento” ou “não a contento”.
- 8.2. Avaliação “a contento”: será apontada quando os serviços realizados estiverem satisfatórios, atendendo ao descrito neste Termo de Referência, sendo os pagamentos realizados de acordo com a Avaliação de Nivel de Serviço - SERVICE LEVEL AGREEMENT – (SLA) – ANEXO I, deste Termo de referência.
- 8.3. Na avaliação “parcialmente a contento”: Na medição mensal, será apontado pelo Fiscal/Gestor do Contrato, e justificado através de documentação comprobatória, eventuais falhas de execução, para serem deduzidas e aplicadas as penalidades contratuais e, então, proceder os pagamentos dos serviços realizados através da Ficha de Avaliação de Nivel de Serviço - SERVICE LEVEL AGREEMENT – (SLA) – ANEXO I.a, deste Termo de Referência.
- 8.4. Na avaliação “não a contento”: Na medição mensal, será apontado pelo Fiscal/Gestor do Contrato, e justificado através de documentação comprobatória, pela não execução dos serviços, para serem deduzidas e aplicadas as penalidades contratuais.

- 8.5.** Todos os atestados serão acompanhados das Planilhas de Quantitativos Consolidados e Relação de Funcionários da empresa CONTRATADA com indicação do nome, função e horário do serviço realizado.
- 8.6.** Para fins de liquidação, o setor competente verificará se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- a) Data da emissão;
 - b) Os dados do contrato e do órgão contratante;
 - c) Descrição do objeto
 - d) Valor unitário e total, conforme consta no Termo de Contrato e/ou da Nota de Empenho;
 - e) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 8.7.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 8.8.** A Contratada deverá apresentar, a cada pedido de pagamento, os documentos solicitados pelo fiscal de contratos, para verificação de sua regularidade fiscal perante os órgãos competentes.
- 8.8.1.** Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.
- 8.8.1.1.** Por ocasião de cada pagamento, serão feitas as retenções eventualmente devidas em função da legislação tributária.
- 8.8.2.** A não apresentação de certidões negativas de débito, ou na forma prevista no subitem 8.8.1, não impede o pagamento, porém será objeto de aplicação de penalidade ou rescisão contratual, conforme o caso.
- 8.8.3.** O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente, no BANCO DO BRASIL S/A, conforme estabelecido no Decreto nº 51.197/2010, publicado no DOC do dia 22 de janeiro de 2010.
- 8.8.4.** Fica ressalvada qualquer alteração por parte da Secretaria Municipal de Finanças, quanto às normas referentes ao pagamento de fornecedores.

9. ESTIMATIVA DE PREÇO

- 9.1.** O custo estimado será obtido através de pesquisa de preço elaborada pelo Serviço Técnico de Compras, que constará do processo administrativo.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1.** Os recursos orçamentários, destinados à cobertura das despesas decorrentes da contratação, constarão da reserva orçamentária, que será juntada ao processo administrativo.

11. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 11.1.** A contratação será pela escolha da proposta de menor preço global

- 11.2.** Justifica-se a contratação pelo menor preço global, considerando que o objeto consiste na prestação de serviços contínuos, padronizados e de natureza comum, com especificações técnicas claramente definidas.
- 11.3.** O modelo de menor preço global mostra-se o mais adequado ao presente caso, pois:
- **Unidade e indivisibilidade do objeto** – O serviço de transporte e remoção terrestre de pacientes deverá ser executado de forma integrada, contemplando simultaneamente veículo (ambulância Tipo B), equipe, equipamentos, insumos, disponibilidade 24 horas e gestão operacional, não sendo tecnicamente recomendável sua fragmentação.
 - **Padronização técnica** – As exigências relativas à ambulância, equipe mínima, prazos de atendimento, registros obrigatórios e cumprimento de normas sanitárias já estão previamente estabelecidas, reduzindo a subjetividade na análise técnica das propostas.
 - **Maior economicidade para a Administração** – A disputa pelo menor valor global tende a gerar proposta mais vantajosa, observados os requisitos mínimos de qualidade e desempenho (SLA), assegurando equilíbrio entre custo e eficiência.
 - **Facilidade de gestão e fiscalização contratual** – A adoção de preço global simplifica a medição, o controle financeiro e a fiscalização do contrato, evitando fragmentação de responsabilidades e reduzindo riscos administrativos.
- 11.4.** Assim, o critério de julgamento pelo menor preço global revela-se técnica e economicamente adequado, garantindo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, sem prejuízo da qualidade, da segurança e da continuidade do serviço público de saúde.

12. JUSTIFICATIVA PARA VEDAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

- 12.1.** Vedada a participação de empresas em consórcio na licitação, considerando que o objeto a ser contratado é de baixa complexidade, bem como da existência de empresas no mercado aptas à prestação dos serviços.

ANEXO II – A**Avaliação de Nível de Serviço - SERVICE LEVEL AGREEMENT – (SLA)****1. Avaliação de Nível de Serviço - SERVICE LEVEL AGREEMENT – (SLA)**

- 1.1.** Em toda solicitação, haverá o preenchimento da ficha de Avaliação de Nível de Serviço - SERVICE LEVEL AGREEMENT – (SLA) – ANEXO I.a, da ambulância fixa, constando placa do veículo, o tipo de ambulância e a data da realização do preenchimento, na presença do funcionário da empresa, que ao final do mês constituirá o conjunto de documentos-base para avaliação do serviço efetivamente prestado, alicerçando o valor mensal do repasse ao prestador.
- 1.2.** Todas as remoções realizadas, serão avaliadas através da realização do Avaliação de Nível de Serviço - SERVICE LEVEL AGREEMENT – (SLA), constante no Anexo I.a deste Termo de Referência.
- 1.3.** O Compilado destas Avaliações será encaminhado, no fim do mês, para pagamento.
- 1.4.** Para pagamento das Remoções - Dentro da Grande São Paulo (ida e ida e volta) e Fora da Grande São Paulo:
- 1.5.** Cada Remoção será avaliada individualmente, através da Avaliação de Nível de Serviço - SERVICE LEVEL AGREEMENT – (SLA), - cujo pagamento individual será de acordo com a nota atribuída à execução (Conceito A = 17 a 20 pontos para pagamento de 100% da Remoção; Conceito B = 14 a 16 pontos para pagamento de 90% da Remoção; Conceito C = 11 a 13 pontos para pagamento de 80% da Remoção e Conceito D = 10 ou menos pontos para pagamento de 70% da Remoção). No Final do Mês o Hospital do Servido Publico Municipal apontará no relatório do Anexo I.a do Termo de Referência a quantidade de remoções realizadas e seus respectivos conceitos para pagamento da Nota Fiscal/Fatura referente ao período.
- 1.6.** O formulário próprio do Hospital do Servidor Publico Municipal (GUIA DE REMOÇÃO) deverá ser preenchido em 02 (duas) vias, sendo a primeira via da CONTRATADA a segunda da CONTRATANTE.
- 1.7.** A ficha de Avaliação de Nível de Serviço - SERVICE LEVEL AGREEMENT – (SLA), não constitui penalidade ao prestador, apenas ferramenta de avaliação de nível de serviço para pagamento conforme entrega de serviço efetivamente realizado.
- 1.8.** Para o perfeito registro da Equipe Técnica que executou a remoção, o(a) Técnico (a) de Enfermagem deverá assinar e carimbar o verso do ANS (campo Contratada) será inteiramente preenchida ao final do serviço.
- 1.9.** Por constituir Avaliação de Nível de Serviço, no caso do prestador não concordar com a avaliação realizada no ato do serviço, e recusar-se a assinar a ficha, o instrumento será preenchido e assinado por duas testemunhas. O prestador receberá cópia da avaliação e terá 5 (cinco) dias úteis para prestar os esclarecimentos necessários, com a junção dos documentos comprobatórios.

- 1.10.** O HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL avaliará as justificativas, e se posicionará, por escrito, sobre o ocorrido, determinando então a avaliação de nível de serviço da remoção em até 10 (dez) dias úteis.
- 1.11.** No caso de Avaliações de Nível de Serviços críticos e/ou insuficientes de maneira sucessivas, à empresa CONTRATADA estarão sujeita às penalidades conforme previsto em lei.

ANEXO II – B

Ficha de Avaliação de Nivel de Serviço - SERVICE LEVEL AGREEMENT – (SLA)

2. Ficha de Avaliação de Nivel de Serviço - SERVICE LEVEL AGREEMENT – (SLA)

ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS				
AMBULÂNCIA TIPO B				
DATA:		REGISTRO Nº:		
PACIENTE:		VTR: PLACA:		
TÉCNICO(A)		HORÁRIO DA SOLICITAÇÃO:		
TIPO DE SOLICITAÇÃO:		HORÁRIO DO ATENDIMENTO:		
ORIGEM:		HORÁRIO DA FINALIZAÇÃO:		
DESTINO:				
MOTIVO DA REMOÇÃO:				
Ambulância Básica (Tipo B) por Demanda (Município de São Paulo)		IDA		
		IDA / VOLTA		
Ambulância Básica (Tipo B) por Demanda (Grande São Paulo)		IDA		
		IDA / VOLTA		
Ambulância Básica (Tipo B) por Demanda (Fora Grande São Paulo)		IDA		
		IDA / VOLTA		
Dimensão: VIATURA		Sim	Não	Pontos
1.1	A viatura apresentou-se identificada, com toda documentação adequada ? (SIM = 1 PONTO)			
1.2	Os checklists de materiais e medicamentos estavam realizados e a contento em 100% das remoções? (SIM = 2 PONTOS)			
1.3	Todos os equipamentos estavam presentes, testados e funcionantes ? (SIM = 2 PONTOS)			
1.4	A viatura encontrava-se limpa e higienizada para o transporte? (SIM = 2 PONTOS)			
1.5	O local para o acompanhante estava disponível e equipado adequadamente com os itens de segurança necessários estipulados pelo Código Nacional de Trânsito ? (SIM = 1 PONTO)			
SUBTOTAL VIATURA (MÁXIMO): 8 PONTOS		TOTAL:		
Dimensão: EQUIPE		Sim	Não	Pontos
2.1	Os profissionais estavam uniformizados e com crachá com foto (SIM = 1 PONTO)			
2.2	Os EPIs estavam disponíveis e sendo utilizados pelos profissionais? (SIM = 1 PONTO)			
2.3	Os profissionais disponibilizados estavam de acordo com o tipo de transporte solicitado? (SIM = 2 PONTOS)			
2.4	A equipe apresentou atuação profissional comprobatória satisfatória? (SIM = 2 PONTOS) (NÃO = INTERROMPER O TRANSPORTE E NOTIFICAR A EMPRESA POR FALTA GRAVE)			
SUBTOTAL VIATURA (MÁXIMO): 6 PONTOS		TOTAL:		
Dimensão: TRANSPORTE E TEMPO		Sim	Não	Pontos
3.1	A viatura disponibilizada estava de acordo com o tipo de transporte solicitado? (Sim = 2 PONTOS)			

3.2	A ambulância foi disponibilizada dentro do prazo estabelecido? (SIM = 3 PONTO)			
3.3	No caso de atraso, houve comunicação prévia do atraso? (SIM = 1 PONTO)			
SUBTOTAL TRANSPORTE E TEMPO (MÁXIMO): 6 PONTOS			TOTAL:	
TOTAL AVALIAÇÃO DO ACORDO DO NÍVEL DE SERVIÇO				
HOUE Ocorrência grave por parte da empresa que prejudicou o paciente? (SIM = ENVIAR RELATÓRIO DE Ocorrência).				
VALOR DA REMOÇÃO TC 000/0000		FAIXA DE PAGAMENTO NÍVEL SERV. APURADO:	%	VALOR A FATURAR R\$ 0,00

Faixa de pagamento conforme média de nível de serviço apurado no período:

A	17 a 20 PONTOS	100%
B	14 a 16 PONTOS	90%
C	11 a 13 PONTOS	80%
D	10 ou menos pontos	70%

No caso do prestador não concordar em assinar a Avaliação de Nível de Serviço, as testemunhas abaixo estão cientes e atestam que a avaliação ocorreu e o funcionário da empresa foi devidamente cientificado.

HSPM/UNIDADE:

NOME:

FUNÇÃO:

RG:

EMPRESA:

NOME:

FUNÇÃO:

RG:

Testemunha 1:

Testemunha 2:

ANEXO II - C

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, SIGILO E USO

A Contratada _____, inscrita no CNPJ _____, com sede em _____, doravante designada Signatário, neste ato representada por _____, inscrito(a) no CPF sob o número _____, aceita as regras, condições e obrigações constantes do presente Termo.

Redação do preâmbulo do Termo a ser assinado pelos profissionais da Contratada _____, inscrito(a) no CPF sob o número _____, doravante designado(a) Signatário, aceita as regras, condições e obrigações constantes do presente Termo.

1. O objetivo deste Termo de Confidencialidade, Sigilo e Uso é prover a necessária e adequada proteção às informações restritas de propriedade exclusiva e/ou sob controle do Contratante reveladas ao Signatário ou por ele acessadas em função da execução do objeto do contrato __/__/__.
2. A expressão “informações restritas” abrange toda informação escrita, oral ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: dados pessoais, técnicas, projetos, especificações, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, fluxogramas, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, discos, pen drives, fitas, contratos, planos de negócios, processos, projetos, conceitos de produto, especificações, amostras de idéia, clientes, nomes de revendedores e/ou distribuidores, marcas e modelos utilizados, preços e custos, definições e informações mercadológicas, invenções e idéias, vulnerabilidades existentes, outras informações técnicas, financeiras ou comerciais, entre outros.
3. O Signatário compromete-se a não reproduzir nem dar conhecimento a terceiros, sem a anuência formal e expressa do Contratante, das informações restritas reveladas ou acessadas.
4. O Signatário compromete-se a não utilizar, de forma diversa da prevista no contrato celebrado com o Contratante, as informações restritas reveladas ou acessadas.
5. O Signatário deverá cuidar para que as informações reveladas ou acessadas fiquem limitadas ao conhecimento próprio.
6. O Signatário obriga-se a informar imediatamente ao Contratante qualquer violação das regras de confidencialidade, sigilo e uso estabelecidas neste Termo de que tenha tomado conhecimento ou que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.
7. A quebra da confidencialidade, do sigilo ou das condições de uso das informações restritas reveladas ou acessadas, por ação ou omissão do Signatário, devidamente comprovada, sem autorização expressa do Contratante, sujeitará o Signatário às consequências legais e sanções cabíveis, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo Contratante, inclusive os de ordem moral, bem como às responsabilidades civil e criminal respectivas, as quais serão apuradas em regular processo judicial ou administrativo.
8. O presente Termo tem natureza irrevogável e irretratável e suas obrigações perdurarão inclusive após o término da vigência do contrato mencionado no item 1 deste instrumento.
9. . O Signatário manifesta explícita ciência e se compromete a observar as seguintes normas de segurança, privacidade e proteção de dados do Contratante, cuja cópia recebeu:
_____.



10. E, por aceitar todas as condições e as obrigações constantes do presente Termo, o Signatário assina o presente Termo.

_____, ____ de _____ de _____.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90129/2026**PROCESSO : 6210.2026/0001136-1****TIPO : MENOR PREÇO**

OBJETO : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE E REMOÇÃO TERRESTRE DE PACIENTES ADULTOS, PEDIÁTRICOS, LACTENTES E PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS DE MOBILIDADE, INCLUINDO PACIENTES COM OBESIDADE, MEDIANTE A DISPONIBILIZAÇÃO, SOB DEMANDA E COM ATENDIMENTO ININTERRUPTO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS POR DIA, DE AMBULÂNCIA TIPO B (SUPORTE BÁSICO), COM MOTORISTA E EQUIPE DE ENFERMAGEM, EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS TÉCNICAS, SANITÁRIAS E ASSISTENCIAIS VIGENTES, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES DO ANEXO II DO EDITAL.

ANEXO III – PROPOSTA DE PREÇOS**Fls. 01/02**

A empresa_____estabelecida na inscrita no CNPJ sob nº_____telefone:_____,e-mail_____propõe fornecer à esta Administração, em estrito cumprimento ao previsto neste Termo de Referência em epígrafe, conforme abaixo discriminado:

AMPLA CONCORRÊNCIA				
Item	Especificação	Quantidade Anual	Preço unitário (com no máximo 4 casas decimais)	Preço total (com no máximo 4 casas decimais)
Ambulância Básica (Tipo B)	Ida	300	R\$	R\$
	Ida e Volta	900	R\$	R\$
	Grande São Paulo (ida)	24	R\$	R\$
	Grande São Paulo (ida e volta)	12	R\$	R\$
	Fora da Grande São Paulo (ida)	12	R\$	R\$
	Fora da Grande São Paulo (ida e volta)	12	R\$	R\$
Preço Global (somatório dos preços totais)				R\$

DAS CONDIÇÕES GERAIS

- A proponente obriga-se a cumprir o prazo de entrega previsto no edital.
- O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente no BANCO DO BRASIL S/A, em nome do credor, conforme estabelecido no Decreto nº 51.197 publicado no D.O.C. do dia 23 de Janeiro de 2010.

AGÊNCIA BANCO DO BRASIL Nº -**CONTA CORRENTE Nº -**

São Paulo, ____ de _____de 2026

(Nome e assinatura do representante legal)

RG:

Cargo:



PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90129/2026
PROCESSO: 6210.2026/0001136-1

ANEXO III – PROPOSTA DE PREÇOS

Fls. 02/02

DAS DECLARAÇÕES:

01. Declara, sob as penas da lei, que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes desta licitação.
02. Declara que, por ser de seu conhecimento, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do Edital e Anexos, relativos a licitação supra, bem como às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 Lei Complementar nº 123/2006, com a redação que lhe atribuiu a Lei Complementar 147/2014 e Decretos nº 56.475/2015 e , e demais normas complementares que disciplinam o certame e que integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.
03. Declara, sob as penas da lei, que tem condições de executar a quantidade estabelecida no prazo assinalado, independentemente dos demais compromissos de fornecimento porventura existentes, bem como que fornecerá o material de acordo com as especificações técnicas (Anexo II do Edital), respeitando as condições de embalagens, prazos de validade, requisitos específicos, enfim todas as especificações.

DA VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação.

São Paulo, de de 20...

(assinatura e identificação do representante legal/procurador da licitante)

Nome:

R.G.:

Cargo:

CPF:



PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90129/2026

PROCESSO : 6210.2026/0001136-1

TIPO : MENOR PREÇO

OBJETO : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE E REMOÇÃO TERRESTRE DE PACIENTES ADULTOS, PEDIÁTRICOS, LACTENTES E PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS DE MOBILIDADE, INCLUINDO PACIENTES COM OBESIDADE, MEDIANTE A DISPONIBILIZAÇÃO, SOB DEMANDA E COM ATENDIMENTO ININTERRUPTO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS POR DIA, DE AMBULÂNCIA TIPO B (SUPORTE BÁSICO), COM MOTORISTA E EQUIPE DE ENFERMAGEM, EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS TÉCNICAS, SANITÁRIAS E ASSISTENCIAIS VIGENTES, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES DO ANEXO II DO EDITAL.

ANEXO IV

MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÃO DE NÃO CADASTRAMENTO E INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS PARA COM A FAZENDA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

A empresa _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr. _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____ DECLARA, sob as penas da Lei, que não está inscrita no Cadastro de Contribuintes Mobiliários do Município de São Paulo, bem assim que não possui débitos para com a Fazenda deste Município.

(local do estabelecimento), de _____ de 20...

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)



PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90129/2026

PROCESSO : 6210.2026/0001136-1

TIPO : MENOR PREÇO

OBJETO : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE E REMOÇÃO TERRESTRE DE PACIENTES ADULTOS, PEDIÁTRICOS, LACTENTES E PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS DE MOBILIDADE, INCLUINDO PACIENTES COM OBESIDADE, MEDIANTE A DISPONIBILIZAÇÃO, SOB DEMANDA E COM ATENDIMENTO ININTERRUPTO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS POR DIA, DE AMBULÂNCIA TIPO B (SUPORTE BÁSICO), COM MOTORISTA E EQUIPE DE ENFERMAGEM, EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS TÉCNICAS, SANITÁRIAS E ASSISTENCIAIS VIGENTES, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES DO ANEXO II DO EDITAL.

ANEXO V

MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÕES

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

A _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____ DECLARA:

- 1) para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz
- 2) que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3) que não se encontra declarada inidônea, nem suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública.
- 4) que observou e atende plenamente aos requisitos previstos aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21 (aplicável a ME/EPP);
- 5) que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.
- 6) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.
- 7) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos II e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88.

8) Que, em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento estabelecido em seus arts. 42 a 49.

(local do estabelecimento), de de 20...

Representante Legal/Procurador
(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador).

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90129/2026

PROCESSO : 6210.2026/0001136-1

TIPO : MENOR PREÇO

OBJETO : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE E REMOÇÃO TERRESTRE DE PACIENTES ADULTOS, PEDIÁTRICOS, LACTENTES E PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS DE MOBILIDADE, INCLUINDO PACIENTES COM OBESIDADE, MEDIANTE A DISPONIBILIZAÇÃO, SOB DEMANDA E COM ATENDIMENTO ININTERRUPTO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS POR DIA, DE AMBULÂNCIA TIPO B (SUPORTE BÁSICO), COM MOTORISTA E EQUIPE DE ENFERMAGEM, EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS TÉCNICAS, SANITÁRIAS E ASSISTENCIAIS VIGENTES, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES DO ANEXO II DO EDITAL.

ANEXO VI

CRITÉRIOS DE ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

(BALANÇO PATRIMONIAL)

Os índices calculados, obrigatoriamente, acompanharão as demonstrações contábeis, sendo consideradas habilitadas as empresas que apresentarem os seguintes resultados:

liquidez corrente – índice maior ou igual a 1,00

liquidez geral – índice maior ou igual a 1,00

solvência geral - índice maior ou igual a 1,00

A situação econômica e financeira da licitante será aferida mediante a apresentação do balanço patrimonial do exercício anterior ao da realização do certame licitatório e dos índices de: Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG).

$$\text{Índice de Liquidez Geral (LG): } \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \geq \dots$$

$$\text{Índice de Liquidez Corrente (LC): } \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq \dots$$

$$\text{Índice de Solvência Geral (ISG): } \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \geq \dots$$

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90129/2026**PROCESSO : 6210.2026/0001136-1****TIPO : MENOR PREÇO**

OBJETO : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE E REMOÇÃO TERRESTRE DE PACIENTES ADULTOS, PEDIÁTRICOS, LACTENTES E PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS DE MOBILIDADE, INCLUINDO PACIENTES COM OBESIDADE, MEDIANTE A DISPONIBILIZAÇÃO, SOB DEMANDA E COM ATENDIMENTO ININTERRUPTO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS POR DIA, DE AMBULÂNCIA TIPO B (SUPORTE BÁSICO), COM MOTORISTA E EQUIPE DE ENFERMAGEM, EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS TÉCNICAS, SANITÁRIAS E ASSISTENCIAIS VIGENTES, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES DO ANEXO II DO EDITAL.

ANEXO VII**MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA**

DECLARAMOS que o (a) Sr (a) _____, portador (a) da cédula de identidade nº _____ representante da empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, compareceu ao Hospital do Servidor Público Municipal e realizou VISTORIA TÉCNICA, nos termos deste Edital, verificando e tomando pleno conhecimento de todas as peculiaridades, características e condições para a execução do objeto do presente Pregão Eletrônico, não podendo alegar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da formulação da proposta ou do perfeito cumprimento da futura contratação.

VISITA TÉCNICA ACOMPANHADA POR:

Nome do Servidor: _____

R.F. nº: _____

Setor: _____

São Paulo, _____ de _____ de 2026.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90129/2026**PROCESSO : 6210.2026/0001136-1****TIPO : MENOR PREÇO**

OBJETO : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE E REMOÇÃO TERRESTRE DE PACIENTES ADULTOS, PEDIÁTRICOS, LACTENTES E PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS DE MOBILIDADE, INCLUINDO PACIENTES COM OBESIDADE, MEDIANTE A DISPONIBILIZAÇÃO, SOB DEMANDA E COM ATENDIMENTO ININTERRUPTO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS POR DIA, DE AMBULÂNCIA TIPO B (SUPORTE BÁSICO), COM MOTORISTA E EQUIPE DE ENFERMAGEM, EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS TÉCNICAS, SANITÁRIAS E ASSISTENCIAIS VIGENTES, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES DO ANEXO II DO EDITAL.

ANEXO VIII**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

AO
HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

Eu, _____, representante da empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____ DECLARO, para os devidos fins, ter conhecimento pleno quanto às condições do Edital para a prestação dos serviços/objeto do presente Pregão Eletrônico nº...../2026, assumindo toda e qualquer responsabilidade pela ocorrência de eventuais prejuízos em virtude da não verificação das condições do local de execução do objeto do certame

São Paulo, ____de ____de 2026.

Nome do responsável técnico ou representante legal

CPF nº: _____

RG nº: _____